

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

PONTES, Bernardino Coelho. Bernardino Coelho Pontes (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 59min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Bernardino Coelho Pontes
(depoimento, 2011)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Eduardo de Achilles Melo; Matias Spektor; Tatiana Pedro do Coutto;

Técnico de gravação: Bernardo Borges Buarque de Hollanda; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 10/02/2011 a 26/07/2011

Duração: 2h 59min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória Histórica e Estratégica da Energia Nuclear no Brasil”, desenvolvido pelo CPDOC/FGV com financiamento da FINEP, entre setembro de 2009 e setembro de 2011. O projeto visa à criação de um banco de entrevistas com pessoas de grande expressão na história da energia nuclear no Brasil. Serão realizadas 100 horas de entrevistas, que resultarão na construção dos originais de um livro.

Temas: Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares ; Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); Argentina; Atividade científica; Atividade profissional; Ato Institucional, 5 (1968); Bélgica; Bomba atômica; Brasil; Carlos Menem; Centros de pesquisa; César Maia; Colégio Pedro II; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Energia; Energia nuclear; Escola Naval; Estados Unidos da América; Exército; Fernando Collor de Mello; Física; Forças Armadas; Formação escolar; França; Governo Ernesto Geisel (1974-1979); Holanda; Instituições acadêmicas; Intercâmbio científico e tecnológico; José Goldemberg; José Sarney; Leonel Brizola; Marinha; Militares; Organização dos Estados Americanos; Otacílio Cunha; Pesquisa científica e tecnológica; Política nuclear; Pós - graduação; Presidência da República; Raul Alfonsín; Rex Nazaré Alves; Rio de Janeiro (cidade); Rio de Janeiro (estado); São Paulo; Segunda Guerra Mundial (1939-1945); Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP); Urânio;

Sumário

1ª Entrevista: 10/02/2011

Arquivo 1: Primeiros estudos; colégio Pedro II e ingresso na Escola Naval; atuação como professor no Colégio Naval em Angra dos Reis e posteriormente na Escola Naval no Rio de Janeiro (mecânica dos fluidos); os estudos no Massachusetts Institute of Technology (MIT) com bolsa da Marinha; o contato com outros cientistas da Bélgica e da Holanda; visita à usina nuclear no estado de Nova York; curiosidade científica, retorno ao Brasil e inscrição no curso de pós graduação em física nuclear dirigido pelo Dr. Hervásio de Carvalho; admissão na Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e aperfeiçoamento em Argonne, Illinois, com apoio do Almirante Octacílio Cunha; o interesse da Marinha e do Exército pela energia nuclear; comentários sobre o projeto Mambucaba para fornecimento de energia no eixo Rio-São Paulo e sobre Hervásio de Carvalho; atuação na Cnen (1959-1961) na Divisão de Ensino e Treinamento; orientações do Almirante Octacílio Cunha: reatores dos institutos de pesquisa, treinamento de pessoal (professores) no exterior nos EUA (Argonne) e Saclay (França); o “impacto silencioso” do treinamento.; primeiro contato com Rex Nazaré; a ida para a Divisão de Ciências da Organização dos Estados Americanos (OEA); o Ato Institucional número 5 (AI-5) e a reforma; comentários sobre a atuação na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), relação com El Bharadei e Hans Blix e elaboração do Acordo Quadripartite (dependendo de futura carta de entendimento da Agência); quebra de protocolo por Collor e Menem em relação à assinatura do Acordo Quadripartite; comentários sobre José Goldemberg; física e energia nuclear; indicação para a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e nomeação de Carlos Feu Alvim para o cargo de 1º secretário; comentários sobre criação da Abacc; “um trabalho de frade”; contexto: governo Geisel, Copesp, militares, bomba, Almirante Flores, o programa de propulsão nuclear e o enriquecimento de urânio; comentários sobre o programa de propulsão e enriquecimento argentino; o retorno à Cnen em novembro de 1983 e o convite de Rex Nazaré; programa paralelo de enriquecimento e reprocessamento (‘projeto Celeste’); comentários informais na AIEA sobre o programa paralelo brasileiro.

Arquivo 2: Leonel Brizola, Cesar Maia e recursos para o programa paralelo; cessão de material nuclear entre as forças armadas; comentários sobre atividades na Marinha durante a 2ª Guerra Mundial; aproximação Sarney – Raul Alfonsín; consultas à Cnen e à Secretaria e Assuntos Estratégicos (SAE); comparação entre programa nuclear brasileiro e argentino: complementação, transparência e transferência de tecnologia para que ambos dominassem o ciclo do combustível; corrida entre Menem e Collor pela primazia junto à AIEA; a Cnen sob a gestão de Rex Nazaré; relação entre Cnen e AIEA, e a posição brasileira em relação ao Tratado de Não Proliferação Nuclear-(TNP); relação de Rex Nazaré com a presidência da República e trânsito com José Sarney; período de formação da ABACC: caráter das reuniões com Manuel Mondino (Cnea) e José Luiz de Santana Carvalho. 2ª Entrevista: 26/07/2011 Explicação sobre sua entrada na AIEA e sua relação com Sigvard Eklund; a tensão na atmosfera internacional que Brasil e Índia causavam; a politicagem argentina para evitar a assinatura do TNP; a questão paquistanesa; o atraso em relação ao Brasil do processo de enriquecimento argentino por difusão gasosa; impressões dos cientistas argentinos sobre o programa brasileiro e dos brasileiros sobre o programa argentino; justificativa para enriquecimento de urânio; espionagem e circulação de informações dentro da AIEA; recusa brasileira da proposta alemã de ultracentrifugação para aceitar o pacote de Westinghouse; a importância de Marcelo Damy para a evolução do programa nuclear brasileiro; como o acordo Brasil-Alemanha foi recebido na Agência; criação de modelos regionais de reprocessamento; diferenças entre o governo de Nixon e Ford e o governo de Carter; conversas sobre a possível entrada do Brasil no Suppliers Group; equilíbrio de forças entre CNEN e Itamaraty; impacto do anúncio do enriquecimento de urânio na Argentina; suspeita do enriquecimento e armamento indiano; a volta ao Brasil enquanto cassado; as novas responsabilidades na IEA relacionadas ao Far East (Japão, Coréia, Vietnã e Taiwan); o retorno ao Brasil em 1983; a cooperação Brasil-Iraque em 1979-1981; exigências maiores da Agência com a entrada de Mohamed ElBaradei; a dificuldade de se entregar as requisitadas Letters of Understanding; as responsabilidades como Diretos de ensino e pesquisa; a viagem secreta do chanceler; a confiança de Rex Nazaré Alves e de José Luis Santana no entrevistado; a possível ligação do presidente Collor com o fechamento to programa autônomo brasileiro; a possibilidade de realizar um teste brasileiro utilizando cachimbo; o conhecimento da Agência das propostas do governo brasileiro de construção de um artefato; o estranhamento da diplomacia brasileira

quando o governo argentino abre (um pouco) seu programa nuclear; a posição inicial do entrevistado contra as inspeções recíprocas; o nível de desconfiança do Brasil e da Argentina por volta de 1980; a oposição de Rex às visitas mútuas; a mudança de posição de Bernardino Coelho quanto à utilidade de inspeções bilaterais; a diferença que fez a presença de Eduardo Mondino na atitude brasileira; resultados da cooperação bilateral; o grau de entendimento de Alfonsín e Sarney e de Collor e Menem; os interesses de Flores; discussão sobre quem ocupava o cargo de assessor de Alfonsín.

1ª Entrevista: 10/02/2011

T.C. – Como eu falei antes de começar a gravar, eu queria que o senhor começasse falando sobre as suas origens familiares, os seus primeiros estudos e os anos na Escola Naval.

B.C. – Eu ingressei para a Escola Naval, em 1954, graças a uma boa formação do ensino médio, que foi o *Internato* Pedro II, em São Cristóvão. Era um prédio lindo, construído por arquitetos franceses, mas incendiou-se, foi destruído e fizeram um galpão. Não acomodou mais gente, acabou o internato, mas... Já havia, naquele tempo, cursinhos que preparavam, mas o Colégio Pedro II era de um nível... Eu sempre cito, se eu tive sucesso na formação acadêmica foi, exatamente, porque o lastro que o Internato Pedro II deu foi bom, eu passei direto para a Escola Naval e pretendia seguir a carreira naval – não tinha nenhuma idéia de me desviar um pouco, como eu me desviei. Mas, em 1951, quando o Colégio Naval foi criado - o colégio - para preparar em nível de científico, para, depois, jogar direto – como as três escolas preparatórias do Exército – para a Escola Naval; em 1951 o Colégio Naval, em Angra dos Reis, não estava pronto, e, então, eu acho que funcionou aqui, no Rio, na Escola Naval. Fizeram o concurso porque os professores tinham que ser registrados no segundo grau para lecionar lá. Quando transferiram para Angra dos Reis, o professor de matemática não foi porque ele tinha uma série de compromissos aqui – era dono, inclusive, de um colégio aqui, no Rio – e a diretoria de ensino ficou numa situação difícil. Havia inúmeros oficiais lá que poderiam – tinham conhecimentos pelo curso da Escola Naval e trabalhando – lecionar aquela matemática, mas não podiam porque não tinham o registro. Eu estava, exatamente, terminando - de um modo até meio clandestino, porque era proibida à noite - a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras que existia, hoje se chama Faculdade de Educação; e, exatamente, o assistente do diretor de ensino - foi meu colega de ginásio, meu amigo – se lembrou que eu estava terminando e, conseqüentemente, eu era um oficial de Marinha, mas iria ser portador do certificado de professor do ensino médio. Procurou-me... Eu estava servindo, naquela época, no Corpo de Fuzileiros Navais.

E.M. – O senhor é fuzileiro naval?

B.C. – Fuzileiro naval. Foi uma dificuldade porque o comandante dos Fuzileiros não queria me deixar, [riso] mas o diretor do ensino conversou com ele e então ele - o Comandante-Geral dos Fuzileiros – me designou para servir no Colégio Naval. Então eu fui servir. Agora, o diretor do Colégio Naval - em uma portaria – me designou para lecionar e chefiar o departamento de matemática. Então eu fiquei lecionando, durante 1951, matemática no Colégio Naval. Quando o catedrático de cálculo diferencial na

Escola Naval soube que eu estava... Ele tinha sido meu professor, um capitão-de-fragata. Ele, assumindo a cátedra - porque o catedrático se aposentou -, precisava de um assistente e disse: “Não. O Bernardino não vai ficar em Angra não, ele vem para cá me ajudar.”
[riso]

T.C. – E trouxe o senhor.

B.C. – Passou a conversa aqui, no gabinete do ministro, e então me transferiram para a Escola Naval para ser assistente do catedrático de cálculo diferencial. Aí eu fiquei. Passados dois anos, o catedrático de mecânica perdeu o assistente dele, que não era do quadro de magistério; foi transferido, alegou estar doente e disse que precisava; e eu fiquei feito uma donzela disputada pelos dois barões. [risos] Aí passei para mecânica. E de mecânica criaram, enquanto eu estava lá, a cadeira de mecânica dos fluidos – que era mais chegada à minha formação porque eu já tinha estudado, em Massachusetts, especializando-me em mecânica de fluidos -, então, na Escola Naval...

T.C. – O senhor foi para Massachusetts com uma bolsa da Marinha?

B.C. – Isso. Eu sou muito grato à Marinha por muitas coisas, e uma delas foi essa. Eu tinha um colega de ginásio, e de Marinha, que estava fazendo oficialmente um curso de quatro anos em Massachusetts, no MIT – Massachusetts Institute of Technology –, e esse rapaz estava lá. Outro, de gozação, virou para mim e disse: “Você não é irmãozinho do Tutuca? Olha aqui, está havendo um concurso para uma bolsa de estudos no MIT. Você vai lá e passa, lá, oito meses com tutuca.” Eu olhei e falei: “Ah, esse negócio de jornal – anúncio -, isso não funciona...” Era para apresentar um projeto de algum estudo que eu estivesse fazendo e que não havia mais recurso para prosseguir, aqui, no Brasil. Era o caso. Eu estava estudando, muito, semelhança mecânica, teste de modelos navais, mas o Brasil ainda não tinha tanque de provas – agora tem em São Paulo - e o MIT tinha. Então eu me candidatei; preparei o projeto; pedi ao meu catedrático, que falava bem inglês - eu não falava, arranhava - para passar para inglês; entreguei... [Qual¹] é o resultado? Uma mocinha, no Paraná, tirou em segundo lugar e eu tirei em primeiro lugar. A consulesa me chamou e disse: “Olha, o senhor ganhou. Nós vamos chamar quatro ex-alunos para lhe sabatinarem, para ver se procedeu mesmo de sua elaboração, esse projeto.” Então chamaram; e, dos quatro, dois eram oficiais de Marinha. Aí eu ganhei uma bolsa em que eles me davam alojamento dentro do instituto e me davam 300 dólares por mês; e eu já era casado e tinha dois filhos - não dava para levar a família – mas, “como são só oito

¹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

meses, eu vou.” Mas tinha que pedir licença ao ministro para me afastar. Aí, quando foi uma tarde assim, um oficial-de-gabinete do ministro - um assistente – me chamou e disse: “Olha aqui, eu vi o seu pedido de licença e não concordei. Eu já elaborei uma portaria e você vai pela Marinha.” Fez uma diferença porque pagou integral...

T.C – Faz a diferença na bolsa.

B.C. – “Só não vai pagar integral porque você vai ter o alojamento lá. Vai receber dois terços do que seria...” Mas pagou as passagens e tudo. Então eu fui pela Marinha, mas foi através de ter ganhado a bolsa... Foi pela Marinha e pela bolsa. Eu fiquei com as duas pontas, mas a Marinha pagou corrigindo esse benefício.

T.C – Nessa época o senhor já tinha tido contato com política nuclear, com o almirante Álvaro Alberto?

B.C. – Não. Não tinha nada... Eu só estou contando - dando ênfase ao MIT – por causa disso, eu nunca tinha me preocupado pela energia nuclear; mas ainda estava jovem, eu era primeiro-tenente. Quando chegou ao MIT, nós éramos uns dezoito engenheiros e cientistas desse projeto – da Holanda, Bélgica. Da Bélgica, por coincidência, os dois que vieram, eram oficiais de Marinha – só eu e esses dois. Bélgica não, da Holanda - e ficaram muito meus amigos. O da Bélgica era físico; ele e a mulher, recém-casados, ficaram apaixonados por essa minha filha que estava nenenzinha – recém-nascida há pouco tempo -, gostaram muito dela. Então eu fui para o MIT nessas condições. E nós, visitantes – bolsistas -, de vez em quando visitávamos instalações científicas da América – é o marketing do americano. Essas bolsas de estudos são marketing...

T.C. – Sempre têm visitas.

B.C. – [inaudível] Nesse marketing, o último marketing dele, foi nós visitarmos - no estado de Nova Iorque, ao sul, White Plains, uma usina nuclear. Eu me senti, literalmente, um burro em um palácio, porque eu tinha o curso de física da Escola Naval – matemática e física – e energia nuclear, aquele gerador de energia [inaudível], eu não sabia. Porque isso era muito fechado aqui, no Brasil; isso era só mesmo o pessoal que fazia física nuclear e que estava começando nessa época, aqui, no Brasil. Quando eu fui para... Eu falei: “Meu Deus... Não. Eu preciso saber o que é isso.” Então eu fui tocado pela curiosidade científica de aprofundar, porque, “afinal, se eu sou físico, e essa energia nuclear está vindo da física nuclear, eu quero saber...” Aí, quando eu cheguei no Brasil...

T.C. – Foi um bom marketing. Os americanos fizeram... Funcionou.

B.C. – Funcionou. Eu me matriculei no primeiro curso de física nuclear que fizeram e que era dirigido por um ex-presidente da Comissão - [um homem muito bom²], já morreu - Hervásio de Carvalho. Devem ter falado muito dele.

T.C. – Sim. Sim.

B.C. – O Hervásio fez esse curso, lá, no Largo de São Francisco e houve, assim, certa dificuldade em me aceitarem... [inaudível] foi esse, desde o Hervásio... Não. Do Hervásio foi depois, foi outra pós-graduação. Porque, em 1964, eu fui atingido pelo Ato Institucional. Eu estava no gabinete do ministro do Jango³, e, com muita honra, um oficial brilhante me convidou para o gabinete e eu fui - é lógico. Isto é outra história. Mas, da física nuclear, eu fui lá fazer o curso de física nuclear. Nisso que eu estou fazendo o curso, acabei o primeiro ano – eram dois anos para o mestrado – o Dr. Kubitschek assume e coloca na presidência da Comissão de Energia Nuclear o almirante Octacílio Cunha - que sabia do meu passado científico no MIT e tudo - e me convidou para a Comissão de Energia Nuclear. Então eu fui para a Comissão de Energia Nuclear levado pelo almirante Octacílio. Quando eu estou na Comissão, o almirante Octacílio - depois de uma semana – disse: “Olha, eu te trouxe para cá, mas você não vai ficar aqui porque você não tem nenhuma formação nuclear, a sua formação é só esse cursinho daqui. Então vamos fazer uma coisa? Eu preciso estruturar o meu programa de formação de recursos humanos, e existe uma escola modelo para o mundo que se chama Instituto Internacional de Energia Nuclear, no laboratório de Argonne, da Universidade de Illinois, e nos ofereceram duas bolsas. Você não quer ir?” Eu disse: “Vou.” Então, antes de eu sentar na cadeira da CNEN⁴, eu fui me aprimorar em Argonne...

T.C. – Quanto tempo o senhor ficou lá?

B.C. – Em Argonne, o curso era de nove meses; mas também a Marinha, reconhecendo o interesse... Octacílio, presidente da Comissão - um almirante - disse: “Não. Então vai pela Marinha porque vai em condições melhores.” Aí levei a família, levei empregada... Então a Marinha mandou que eu ficasse um ano e meio. Depois que eu terminasse o curso, que eu fizesse um programa extra - e o programa extra foi, exatamente, formação de recursos humanos, que era a grande preocupação desse almirante, Octacílio Cunha. Existiu um

²O mais próximo do que foi possível ouvir.

³ O entrevistado se refere a João Goulart, político brasileiro e presidente de seu país, de 1961 a 1964.

⁴ O entrevistado se refere à Comissão Nacional de Energia Nuclear.

programa chamado Pró-Nuclear, foi muito bom - eu não discuto. Foi dirigido até por oficiais do Exército, amigos meus lá da [CNEN⁵]...

T.C. – Já depois. Na época do acordo com a Alemanha.

B.C. – Depois do acordo com a Alemanha. A preocupação do almirante era essa - tanto que ele me colocou como assessor de *ensino*. Esse almirante tinha uma visão muito grande; ele não era nuclear, era de artilharia, mas estudou na França quatro anos... Então fui para energia nuclear chamado pelo almirante Octacílio Cunha, [porque ele era envolvido⁶] na Marinha...

T.C. – Nessa época, só a Marinha se interessava pela energia nuclear? Ou só eles que investiam? A que se deve isso?

B.C. – Nessa época, o Exército começou a se interessar, exatamente, através do IME⁷, mas ainda não tinha o curso do IME. O único curso que existia sério, aqui, no Brasil, era um curso em São Paulo, dirigido pelo Damy⁸ - muito bom -, e o curso da antiga Escola Politécnica, no Largo de São Francisco [inaudível]. Depois o da Politécnica caiu um pouquinho, mas o de São Paulo cresceu muito. Então estamos nessa fase em que eu estou entrando na energia nuclear como assessor de ensino do presidente em tempo integral, e todo mundo... Toda universidade que tinha uma faculdade de filosofia queria, no instituto de física, um curso de energia nuclear; já queriam o reator... Foi preciso um bom senso muito grande para não ouvir o canto de sereia, e o almirante Octacílio foi extraordinário, ele disse: “Não. Nós vamos fazer o seguinte, vamos estabelecer convênios para que deem tantos cursos introdutórios como queiram – introdutórios. Aí nós damos até para a universidade lá em Caximbau. Agora, curso com carimbo de reconhecimento pelo Ministério da Educação, nós vamos dar só nas três grandes universidades, no momento...” Que estavam interessadas nisso - foi Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Então esses três tiveram cursos de graduação, levando ao mestrado. E reator? “Nós não temos condições de estarmos vendendo reator na loja americana, nós temos que ver com você.” “O Instituto de Energia Atômica de São Paulo...” Que era estadual... “Tomou a iniciativa de fazer o seu reator, então vamos ajudá-los a concretizar.” Então foi o reator comprado

⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁶ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁷ O entrevistado se refere ao Instituto Militar de Engenharia.

⁸ O entrevistado se refere a Marcello Damy de Sousa Santos.

dos americanos, porque a idéia primeira era um estudo que estava sendo feito para ir a Mambucaba, havia um chamado Projeto Mambucaba que – não era o meu departamento de ensino, era outro departamento - chamaram os ingleses aqui; foram estudar o local... Escolheram Mambucaba por quê? Porque eles queriam um reator que abastecesse o eixo Rio-São Paulo, [capta a meia distância⁹], então, ali, estava o ideal; e todo reator precisa de água para refrigerar um setor, lá, da parafernália toda, e, ali, tinha o Rio Mambucaba. Então a escolha é Mambucaba. Depois se afastou, um pouco, esse atual local - [não é¹⁰] o que foi escolhido na época – mas então o...

T.C. – Por que foi abandonada a idéia de se construir a usina em Mambucaba?

B.C. – Eu não sei... Falam muita coisa. Uma delas é que o reator comprado dos americanos vem encaixotado – empacotado e embrulhadinho com a fita verde, amarela e vermelha e branca. Então dizem que foi uma coisa, mais ou menos assim, empurrada – mercadoria empurrada; mas com muita honestidade, o Hervásio – que era o presidente da Comissão... Não houve nenhuma... Tudo com muita lisura, ele não ganhou nenhuma propina, nem pensar - Hervásio era um homem puro e honestíssimo -, mas é política, não é? Era a política... Talvez chegassem para ele e dissessem assim: “É tudo ou nada. Ou leva esse ou o governo não dá.” Veio lá de cima. Esse grupo de estudos, que foi ver a situação ao local, preferiu esse local, mas quem escolheu foi um grupo... O Almirante Octacílio Cunha, no projeto chamado Mambucaba, contratou uma empresa inglesa especializada nisto, em sítios para reatores; foram... A FAB¹¹ emprestou um helicóptero – até caiu, o helicóptero, e morreu um inglês. Temos no passado da história nuclear... Isso, um perito inglês que veio aqui para a escolha do lugar - Mambucaba - e o avião caiu lá. Outro inglês que ficou, aqui, acabou casando-se com a filha de um almirante, que era amigo do almirante Octacílio [risos], e depois veio a ser funcionário nosso, o inglês. Os ingleses estiveram, muito, na contribuição do sítio Mambucaba; mas o reator americano, o local e o sítio, isso teve colaboração dos técnicos dele, preferiu [inaudível] o local – que não é muito longe.

⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

¹⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir.

¹¹ O entrevistado se refere à Força Aérea Brasileira.

T.C. – Ok. Podemos falar, um pouco, sobre o seu período já como - quer dizer, o senhor menciona um pouco - diretor na Comissão? Em qual diretoria o senhor ficou na Comissão Nacional de Energia Nuclear de 1959 a 1961?

B.C. – Eu não fiz nenhuma coisa que partisse na origem minha. Partiu do almirante Octacílio Cunha, ele disse: “Eu quero realismo na formação de pessoal. Existe o Pró-Nuclear, que é um programa aí fora [inaudível]...” Que nem era subordinado à CNEN “Que está muito bom, mas está muito abrangente. Eu queria uma coisa mais objetiva.” Esse almirante era muito prático. Então nós fizemos o nosso programa assim: Reator só esse de São Paulo, que era o suficiente para a capacitação brasileira – só. Construir outro reator, naquela época, era imprudência – era aventura. Podemos é assim, são pequenos reatores de pesquisa que se acoplem a esses três cursos de mestrado. De fato, Minas Gerais tem um – que foi ainda do almirante Octacílio Cunha – eu mesmo fui aos Estados Unidos para assinar o contrato da cessão do urânio para esse reator de Minas; o reator do IEN¹², que foi, praticamente, construído aqui, por isso que demorou um pouco mais [inaudível] “vamos aproveitar o que tem esse lá, em Minas Gerais, acompanhar a construção desse, que foi comprado também, e fazer...” E o de São Paulo, que seria o outro centro que estava dando mestrado. Então essa era a primeira etapa da Divisão de Ensino e Treinamentos, chama-se assim. A segunda era outra, mandar o maior número possível de estudantes para a graduação; para Undergraduate não, graduação – ou mestrado ou doutorado – nos centros americanos. E bolamos fazer o seguinte: Vamos pegar o professorado de Minas, São Paulo e do Rio, pelo menos quatro de cada um, e mandar para Argonne - porque Argonne... [inaudível] Era Instituto Internacional de Ciências e Engenharia Nuclear. Recebia gente do mundo todo, japonês, chinês, coreano... Eu tinha colegas... Alguns eu mantive correspondência por muito tempo. Então nós bolamos - o almirante e eu – mandarmos para Argonne, para fazer o curso como se fosse aluno, quatro professores de cada um desses cursos para ver a organização, a estrutura, a metodologia, o currículo e tudo...

T.C. – A idéia era implantar semelhante no Brasil.

B.C. – Ajustar os nossos cursos. Porque os nossos eram equivalentes aos deles teoricamente, mas faltava alguma coisa. Eu sabia porque eu fiz o de lá

E.M – O seu problema, nesse momento, era a formação de quadros.

B.C. – Formação de quadros.

¹² O entrevistado se refere ao Instituto de Engenharia Nuclear.

E.M. – Cuidar da formação de quadros desses cursos emergentes.

B.C. – [Cursos de emergência. Formação de quadro.¹³] E, de fato, foram oito professores para lá. Até, na formatura, eu fiz uma visita científica a Argonne, estive lá com eles. Mas nós demos muita ênfase à formação de recursos, o almirante era um homem muito realista porque não adiantava você estar comprando equipamento, reatores que iriam demorar seis ou sete anos para construir, engajar rios de dinheiro e não ter recursos humanos, na época. Então ele fez um planejamento... E parece que, de fato, isso satisfiz.

T.C. – Por que a opção de mandar para os Estados Unidos e não para a França, por exemplo? Eram as bolsas?

B.C. – Porque eu estive lá, em Argonne, e conhecia o de Argonne. Agora, na França havia, também, um muito bom; nós tínhamos uns três engenheiros que fizeram em Saclay¹⁴. Então nós mandávamos [eventualmente, gente¹⁵] para lá. Mas, como eu passei um ano e pouco em Argonne, eu conheci o staff todo – o diretor... Então acomodamos esse... Porque foi uma situação muito especial, mandar dez pessoas, assim, que não eram alunos regulares e tudo. Não só prestigiou a eles, como eles nos deram todas as facilidades. Quer dizer houve, um pouco...

E.M. – O contato pessoal.

B.C. – Do fato de eu ter passado esse tempo todo lá. Mesmo depois de o curso ter acabado, eu fiquei lá e eles me deram uma salinha para eu ficar em outro status. Mas você tocou em um ponto bom, Saclay também foi uma fonte muito boa. [inaudível], na Alemanha, é outra fonte muito boa. Mas nós não tínhamos um canal aberto e direto, e, do americano, nós tínhamos o canal aberto e facilidades financeiras. Por isso que o nosso primeiro núcleo de formação de recursos humanos teve, maciçamente, a influência de Argonne – que era o laboratório padrão do mundo, não é?

T.C. – Que frutos deu? Quando essas pessoas retornaram ao Brasil, qual foi o impacto disso nos institutos de pesquisa? Como que cada instituto absorveu esse conhecimento?

¹³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

¹⁴ O entrevistado se refere ao Centro de Estudos Nucleares de Saclay (CEA/SACLAY).

¹⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

B.C. – O impacto foi uma coisa meio silenciosa, porque não traduziu em fatos que repercutissem... Visivelmente palpáveis. Mas eles modificaram o currículo, introduziram mais aulas práticas; por exemplo, o elemento combustível que coloca no reator - de alguns reatores - é formado por placas de alumínio, e que você pega duas placas, coloca o urânio em forma de pó e aperta - é um sanduíche, chama-se, mesmo, sanduíche. Depois passa naquela máquina de compressor, aqueles dois rolos - acho que foi, ali, que o Lula perdeu o dedo [risos] Não. Coitado. Deixe-o lá. [risos] Nós fazíamos sem o urânio, o pó era simulando o urânio, mas nós fazíamos. [inaudível] com equações diferenciais...

T.C. – Esse era o reator em Illinois, era esse reator?

B.C. – Em Illinois. Nós tínhamos aula prática de como que se faz um elemento... Ter muita vantagem ou não ter, mas, de qualquer maneira, havia uma série de aulas práticas que os nossos cursos, aqui, não tinham; e esses precursores – esses professores que foram –, quando voltaram, mexeram no currículo e deu um pouco de prestígio, também, para eles. E eles se comprometeram mais, porque a energia nuclear, naquele tempo, era um biscate. Quem era o irmão do Marcello Damy - que também se chamava Damy -, um baixinho que puxava de uma perna? Ele era professor de matemática. O [Jonas¹⁶] era professor, na escola de engenharia, de cálculo. Quer dizer, o pessoal todo da energia nuclear era biscateiro; mas, aí, com essa nova política de ensino e treinamento, eles começaram a se profissionalizar na energia nuclear, e as outras passaram a ser biscates – foi o meu caso. Eu era professor da Uerj, mas, imediatamente, consegui, do diretor do Instituto de física, criar uma seção de energia nuclear dentro do Instituto de Física; e consegui, com a ajuda da CNEN, comprar... Não é um reator, é uma simulação de reator - um tanque – para fazer... Onde o Rex¹⁷ fez o primeiro trabalho científico dele.

T.C. – O senhor foi professor dele, ali, então?

B.C. – Eu fui professor e eu que mantive o Rex, dois anos, na faculdade como bolsista para ele parar de ser biscateiro. Ele dava aulas particulares em Todos os Santos, no Méier... O Rex, de todos os meus alunos, foi o mais batalhador, de pique; vivia de aulinhas particulares – casado e, de noite, ia fazer a faculdade. Então eu arranjei para ele, nos dois últimos anos, uma bolsa nesse cursinho de introdução às ciências nucleares da Uerj, e tínhamos, lá, o setorzinho de energia nuclear. O pessoal olhava e via aquilo...

¹⁶ Referência não encontrada.

¹⁷ O entrevistado se refere a Rex Nazaré Alves.

E.M.- Então veio daí o seu primeiro contato com o Rex e o primeiro contato do Rex com o tema?

B.C. – Com o tema, com a energia nuclear. O Rex era professor particular, de profissão, e estudante de física na Uerj.

E.M. – Da graduação na Uerj.

B.C. – Na graduação.

T.C. – Isso já é no Governo Jango?

B.C. – Não. Antes. Ele se formou...

E.M. – Estamos no governo JK¹⁸ então, governo Juscelino.

B.C. – Juscelino. Com a presidência, na Comissão, do almirante Octacílio Cunha. Quando ele terminou esse cursinho, eu recomendei e ele foi ser bolsista – como era lá, na Uerj – da CNEN, estagiando lá; e o almirante Octacílio Cunha morreu de amores por ele. Na cama, sabendo que iria morrer – que era câncer o que Octacílio tinha -, o Octacílio pediu ao Hervásio que, na vaga dele – porque o Octacílio, quando saiu de presidente, passou para o Hervásio... O almirante Octacílio ficou como membro da Comissão Deliberativa – eram cinco. Comissão é comissão, não é? A Comissão Deliberativa é de cinco, dos quais um é o presidente – o almirante era o presidente, saiu e ficou o Hervásio; mas o almirante continuou membro da Comissão. Eram amigos e aí o almirante pediu ao Hervásio, no leito de morte – quase, pode-se dizer –, que usasse o Rex, até se possível, na Comissão, e o Rex foi nomeado membro da Comissão por indicação do almirante Octacílio Cunha. O Rex mesmo diz isso [em público¹⁹], que foi o almirante que o fez. E, daí em diante, o Rex não teve mãos a medir, porque, desses presidentes todos, foi o que - talvez sem menos cursos no exterior -, colocou o pé no chão. Ele mexia tanto na parte teórica, a parte prática, bom senso... Político sem ser. Tanto que ele acabou... Acho que ainda está na ABIN²⁰.

T.C. – Ele está na Faperj²¹ agora.

¹⁸ O entrevistado se refere a Juscelino Kubitschek, político brasileiro e presidente de seu país, de 1956 a 1961.

¹⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

²⁰ O entrevistado se refere à Agência Brasileira de Inteligência.

²¹ A entrevistadora se refere à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

B.C. – Ah, Faperj, mas ele foi da ABIN. O Felix²² o levou para lá, para a ABIN; ele ficou na ABIN depois que saiu da CNEN.

T.C. – Eu queria falar, um pouco, sobre o seu período... O seu convite para o governo Jango e a sua participação na Divisão de Ciências da Organização dos Estados Americanos. Como se dá esse convite?

B.C. – A ciência foi o seguinte: No dia 1º de janeiro de... Quando é que o Juscelino saiu? Em 1961.

E.M. – 1961. Exatamente.

B.C. – Em 1º de janeiro de 1961, o Dr. Juscelino saía, entrava o Jânio Quadros... Eu não queria falar nisso, mas eu vou falar com limitações: Duas pessoas, em São Paulo...

E.M. – O senhor quer que desligue?

B.C. – Não. Pode botar. Duas pessoas, em São Paulo, não eram simpáticas à minha atuação na CNEN e essas duas pessoas iam crescer no governo *Jânio Quadros*. Então, para evitar conflito, eu pedi ao almirante que me mandasse ser assessor da CIEN - a CIEN era Comissão Interamericana de Energia Nuclear. Onde é que ficava a CIEN? Ficava na Divisão Científica da OEA²³, em Washington.

T.C. – Por que tinha essa oposição a sua atuação na Comissão, na CNEN?

B.C. – Não sei. Mas eu sentia pouca simpatia de dois cientistas lá do IEA, do Instituto de Energia Atômica. [silêncio] Olha, no fundo, era por causa do almirante, porque eles bateram de frente com o almirante, e eu não abria. O almirante, para mim, era... Deus no céu e o almirante na terra. Foi essa, a verdade. Essas duas pessoas tiveram confrontação com o presidente...

T.C. – Eles também eram oficiais da Marinha?

B.C. – Não. Da energia nuclear, o IEA. O IEA era uma situação meio esdrúxula, porque o Instituto de Energia Atômica é estadual e a CNEN é federal – nacional; [de forma²⁴] que as coisas ficavam meio difíceis... Já estão acertadas por que houve, no tempo do Rex - o finzinho -, o último trabalho do Rex, foi, exatamente, [no que está aqui²⁵], uma

²² O entrevistado se refere a Jorge Armando Felix.

²³ O entrevistado se refere à Organização dos Estados Americanos.

²⁴ O mais próximo do que foi possível ouvir.

²⁵ O entrevistado se refere a um documento que está em sua posse no momento.

reestruturação de tudo; ficou um conselho deliberativo nacional e tudo... É muito interessante. Mas, naquele tempo, como a gente diz, pisava-se em ovos por causa disso, e houve questões nucleares... Essa situação, não só contra o Hervásio e o almirante, e eu fiquei politicamente com eles. Quando eu entro, não entro para brincar... É pau, é pau; é pedra, é pedra. Então eu já sabia que, dia 1º de janeiro, a primeira portaria... Tanto assim que, em agosto, o presidente da CNEN, o Marcello Damy - meu amigo, mesmo depois disso -, mandou um telex, naquele tempo era telex, para mim dizendo que eu iria regressar para o Brasil. Eu disse; “Bom, vou regressar em agosto, porque os meus filhos estão na escola, para não haver confusão.”

T.C. – Para terminar o ano.

B.C. – Ficamos meio para lá e para cá; mas, com a braça de Deus, em uma cerimônia no IEA - eu já estava fora de tudo -, eu fui. E em 1964, tanto eu quanto o Damy, fomos vitimados pelo Ato Institucional; o Damy não foi pelo Ato direto, mas foi aquele negócio, chega para lá - o Damy foi tirado do Instituto de Energia Atômica. Nós nos reaproximamos e eu posso dizer que, da última vez que nos vimos, eu e Damy éramos como se fôssemos grandes amigos - eu senti dele, isso. As cerimônias que havia depois, lá, em São Paulo, ele me convidava e tudo.

T.C. – Nessa época, já se discutia, aqui, no Brasil, necessidade de outra fonte de energia, além da hidrelétrica? Necessidade de se controlar o ciclo do combustível e de ser ter um submarino de propulsão nuclear. Esses temas eram abordados?

B.C. – Não. A década em que eu trabalhei na energia nuclear, na Comissão, foi a década de ouro da energia nuclear - só se pensava em energia nuclear. Iria ser a salvação do Brasil, a energia nuclear. E, de fato, poderia ter sido bem planejada, como foi até certo ponto. Depois degingolou um pouco; depois a coisa parou, e eu já estava fora, eu não sei as causas - não vou ser leviano de dizer -, mas houve uma parada grande. Por incrível que pareça, o governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, por quem eu não tenho a menor simpatia - mas também não atiro pedras, porque, ruim como ele, tivemos muitos outros -, mas ele não puxou para trás a energia nuclear. Ele retomou, um pouco, a energia nuclear. Mas naquele tempo, respondendo a sua pergunta, não se falava em outras formas de energia - o foco era a energia nuclear. No IME abrimos o curso e comprou-se uma...

T.C. – Pesquisa. Era pesquisa, não era...

B.C. – É pesquisa, mas com... O general Geisel²⁶, como presidente da república, fez um programa de política de energia nuclear com a previsão de cinco reatores de potência. Já era para, em 2010, nós termos cinco reatores funcionando aqui; mas ele não fez o programa para publicar no Globo, ou no Jornal do Brasil, ele fez o programa com a melhor das intenções. Mas, aí, muda o quadro, não é? Apesar de eu ter sido reformado por um ato institucional injusto, porque eu fui chamado – no apagar das luzes – para o gabinete, eu fiquei oito dias no gabinete de um ministro - não fiz nada que desonrasse a minha carreira – e, só por causa desses oito dias, jogam lá... “Não. Coloca o Bernardino aí, na lista.” Mas a verdade é o seguinte: É que, quando voltou para o governo civil, voltou o revanchismo, e revanchismo nunca é bom para o país. É o caso do Egito, agora; a mesma coisa no Egito. Quando esse Murabak²⁷ sair, se ele sair, o revanchismo vai ser uma coisa meio... Eu não quero que ele fique. Aliás, o Mohamed ElBaradei²⁸ foi meu colega lá, na Agência²⁹, ele foi diretor da Divisão Legal; e, quando foi para assinar o acordo quadripartite, estava uma dificuldade – eu liderava o grupo, aqui, com o José Luiz. Quando eles queriam uma coisa, eu ligava para o almirante Flores³⁰ - que era da SAE³¹ - e ligava para o Othon³² – que era o diretor do programa da Copesp³³. Eu batia de frente com a comissão da Agência. Todos os meus colegas... Eu dizia: “Não. Vocês querem esse quadripartite porque é para colocar em inspeções especiais.” Eu conhecia o pulo do gato deles e estava difícil. Aí o ElBaradei disse, lá, para o Blix - que era o diretor e meu amigo pessoal, estive no Brasil várias vezes, hospedamos ele - “deixa que eu vou, porque, com o Dino, eu resolvo.” [risos] O americano tem muita mania de chamar pelo... Clinton, qual é o nome dele?

²⁶ O entrevistado se refere a Ernesto Beckmann Geisel, presidente do Brasil de 1974 a 1979.

²⁷ O entrevistado se refere a Muhammad Hosni Said Mubarak, militar egípcio que governou seu país de 1981 a 2011.

²⁸ Diplomata egípcio, membro da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e principal opositor ao regime de Mubarak.

²⁹ O entrevistado se refere à Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA.

³⁰ O entrevistado se refere a Mário César Flores.

³¹ O entrevistado se refere à Secretaria de Assuntos Estratégicos.

³² O entrevistado se refere a Othon Luiz Pinheiro da Silva.

³³ O entrevistado se refere à Coordenadoria para Projetos Especiais da Marinha.

E.M. – Bill. É.

B.C. – Bill. Eles só chamam pelo apelido, e Dino, eu sou Bernardino; mas lá, na Agência, eu era conhecido por Dino, e assinavam. Mandavam: “Tu: Mr. Dino.” Aí o ElBaradei usou essa expressão. [risos] Quer dizer, o futuro presidente do Egito... Se vocês precisarem, um dia, qualquer coisa, eu mando uma cartinha para o Mohamed.

E.M. – [riso]

T.C. – E, na verdade, o senhor que estava fazendo a diplomacia nuclear brasileira, nessa época, no sentido que era o senhor a interface entre a Agência e a Secretaria de Assuntos Estratégicos...

B.C. – Eu estava dizendo um “não” sem chutar a canela deles. Eu dizia um “não” almoçando aqui, no Piraquê; ou então no navegador lá da cidade, do Clube Naval; [inaudível] tomando uma cerveja; e não chutando... Dizendo para eles: “Não. Esse ponto, aqui, não pode.” Tanto que a assinatura do acordo quadripartite só foi possível porque o ElBaradei virou para mim e disse: “Dino, eu disse ao Bilx que eu levava um draft, eu não posso sair daqui sem um draft desse acordo. Vamos fazer?” Eu disse: “Vamos.”

T.C. – Isso foi feito aqui?

B.C. – Porque é muito fácil, “o Mohamed, você se lembra quantas Letters of Understanding nós já fizemos?” Existe um sistema, em negociação, que você aceita, dependendo de futuras cartas de entendimento; quer dizer, são pontos cruciais em que você coloca to be, a ser esclarecido em futura carta de entendimento - Letters of Understanding. [Good Day³⁴]. [risos] Então, o acordo quadripartite, ele levou; nós assinamos tudo direitinho – dependendo de uma futura carta de entendimento; e, em três ou quatro meses depois, eu fui lá com uma comissão de mais três - que o Collor³⁵ mandou - para cobrar deles a Letters of Understanding porque eles estavam fazendo...

E.M. – Corpo mole. [riso]

T.C. – O José Luiz estava na comissão?

B.C. – Estava. O José Luiz estava nessa comissão. Eles estavam fazendo ouvido de mercador e aí eu fiz uma carta para o José Luiz dizendo: “A situação é essa e eles estão fazendo... Está na hora de nós cobrarmos.” E fiz uma molecagenzinha com o José Luiz [risos], mas eu amo ele. Coloquei embaixo assim: “Com cópia ao secretário de Assuntos

³⁴ O mais próximo do eu foi possível ouvir.

³⁵ O entrevistado se refere a Fernando Affonso Collor de Mello, presidente do Brasil de 1990 a 1992.

estratégicos.” Que era o Pedro Paulo Leoni Ramos – não fazia nada. “O senhor avise ao José Luiz...” Aí o José Luiz estava, aqui, no Rio; eu mandei para o gabinete dele - que ficava ao lado do meu -, sabendo que ele estava aqui; e telefonei: “Olha, acabei de mandar para o seu gabinete um negócio muito quente, que é quase dizendo que a gente tem que cobrar a Letters of Understanding porque a Agência está fazendo papel feio com a gente.” “Ah, não! Não tem problema não, Bernadino! Agora, está com...” Alguém já tinha dito para ele, isso. “Só tem uma coisa: está com cópia ao Pedro Paulo, você quer, por favor, ir lá e retirar a cópia?” “Isso eu não posso. Você pode mandar quem você quiser, manda seu chefe de gabinete, manda a sua secretária, manda qualquer pessoa, mas eu não vou tirar a do Pedro Paulo.” Aí ele mandou o chefe de gabinete ir lá pegar e o Pedro Paulo mandou. Mas o Pedro Paulo já tinha falado com o Collor e o Collor disse: “Manda esse comandante Bernardino, com mais três, cobrar lá. Manda-o ir a Viena para cobrar lá.”

T.C. – Foi o senhor e José Luiz. O senhor lembrar quem eram as outras duas pessoas?

B.C. – Não. O José Luiz não foi. Fui eu e escolhi os outros três. Um que auxiliava o Othon lá, em São Paulo.

E.M. - Leonam Guimarães?

B.C. – Não. Não era o Guimarães. [inaudível] lembrar.

T.C. – Nós temos a entrevista do Othon e a gente pode ver e perguntar isso para ele.

B.C. – Um que, eu acho, se chamava Teo e era daqui, do Rio... Foram três. Eu confesso que eu não me lembro o nome dos três.

E.M. – Depois, se o senhor lembrar, a gente edita a entrevista.

B.C. – Foram três: Um de São Paulo e dois daqui, do Rio. Um da energia nuclear e um do curso do IME – um coronel do IME, com certeza. Um coronel do IME... Ah, meu Deus... Baixinho e grisalho... Chamo o [inaudível]?

T.C. – Ah...

B.C. - Não. Não vou dizer, porque [traí³⁶].

T.C. – Sim.

B.C. – Então foi um do IME, um de São Paulo e um do Rio - esses três e eu. Mas foi coisa oral do Collor, virou-se para o Pedro Paulo e disse: “Não. Isso é grave. Eles prometeram. Então, manda esse comandante com mais...” Porque foi o seguinte: O acordo quadripartite

³⁶ O mais próximo do que foi possível ouvir.

tinha sido assinado lá, em Viena, com a presença do Collor e do Menem³⁷, porque os dois estavam fazendo corrida de fórmula 1 para ver quem liderava a energia nuclear na América Latina – o Collor aqui e o Menem lá.

T.C. – Isso com a ABACC já criada?

B.C. – Com a ABACC já criada. Então... Porque o quadripartite era, exatamente, a Agência, a ABACC – que era a Agência...

E.M. – Era a entrada da Agência no modelo de fiscalização da ABACC.

B.C. – De fiscalização. Metendo a pata logo, ali - direto. ABACC é Agência Argentina-Brasileiro de Controle e Contabilidade de Material Nuclear. Então o Collor estava em visita lá, pela Europa, e aí mandou avisar à embaixada que ele iria assinar; feriu o protocolo, eles feriram, porque esse acordo quadripartite é do nível em que o embaixador local é quem assina - todos os acordos foram assinados pelo embaixador. Mas o quadripartite... Aí o Menem disse que também iria, quando soube da embaixada brasileira – ela avisou à Argentina e a Argentina...

E.M. – Foi uma jogada do Collor, também, talvez, para aumentar o nível da negociação.

B.C. – Exatamente. Aumentar o nível da negociação. Então o Collor e ele assinaram.

T.C. - O Carlos Feu e o Mondino³⁸ estavam nessa ocasião? Os secretários da ABACC, [os primos³⁹] Carlos Feu e o Mondino, na época.

B.C. Ah, sim. O primeiro secretário da ABACC, a pedido do Mondino - que era o presidente da energia argentina – ele pediu ao José Luiz que me colocasse como secretário da ABACC, mas a eminência par da energia nuclear frustrada – mas tem muito valor, *muito valor* –, chama-se, não sei se é vivo – se ele é morto que me perdoe, eu não estou falando mal –, José Goldemberg.

E.M. – É vivo.

B.C. – Está vivo. O José Goldemberg foi o papa, era o dono da física nuclear; mas, da energia nuclear, ele ficou fora - ele não era do IEA, não era da CNEN. Depois o Rex, com habilidade, é que criou uma comissão de alto nível [inaudível] e jogou o Goldemberg...

T.C. – Ah, ele inseriu o Goldemberg novamente?

³⁷ O entrevistado se refere a Carlos Saúl Menem Akil, presidente da Argentina de 1989 a 1999.

³⁸ A entrevistadora se refere a Manuel Angel Mondino.

³⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

B.C. – Inseriu o Goldemberg. O Goldemberg era muito amigo do Feu, e colocou o Feu acompanhando todo o trabalho da ABACC; aí chegou e deu o tiro de morte em cima do Leoni Ramos... “Não. Quem vai para a ABACC é o Feu.” Quem era para ir, para a ABACC, segundo o pedido do presidente argentino e do José Luiz – os dois –, era eu. Mas Deus escreve certo com linhas tortas, não teria sido bom para mim.

T.C. – Por que o senhor acha?

B.C. – Não teria porque eu iria ficar limitado à ABACC, e não iria ter as oportunidades que eu tive, nos outros setores, em que eu fiquei usando o meu tempo.

E.M. – Entendi. A gente pode ir para o período da CNEN?

T.C. – Sim. Ou criação da ABACC ou período da CNEN. CNEN ou IEA?

E.M. – Não. Da CNEN antes, na década de 1980...

B.C. – A ABACC foi um trabalho de frade, porque era - como eu disse - uma corrida. A energia nuclear tinha... Essa década... Aquela sua pergunta foi pertinente: “Ah, as outras energias...” Não. A menina dos olhos do mundo, não só para a América Latina, era a energia nuclear.

E.B. – De onde vem a idéia de uma agência binacional?

B.C. – Bom, a [bi⁴⁰] foi o seguinte: durante o período militarista aqui, e na Argentina, quem mandava em tudo? [silêncio] Os militares. Lá e cá. Os militares, aqui, estavam pensando em fazer uma bomba - Coordenadoria de Projetos Especiais. Isso não existia na Marinha, mas a Marinha criou uma Coordenadoria de Projetos... “O que era isso?” Entregou para o Othon um programa de fazer um reator de pesquisas e toda a programação para construir, depois, um reator de propulsão nuclear para a Marinha.

T.C. – Isso a gente está no Geisel ou já no Figueiredo⁴¹? Em que época o senhor...

B.C. – No Geisel. Porque eu acho que o ministro era o Maximiano⁴². Com o Figueiredo, parece que foi o Sabóia⁴³ – Sabóia, que é meu colega de escola.

E.M. – Sabóia é do Sarney⁴⁴, não?

⁴⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁴¹ A entrevistadora se refere a João Batista de Oliveira Figueiredo, presidente do Brasil de 1979 a 1985.

⁴² O entrevistador se refere a Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da Marinha no governo Figueiredo.

⁴³ O entrevistado se refere a Henrique Sabóia, Ministro da Marinha no governo Sarney.

⁴⁴ O entrevistador se refere a José Ribamar Sarney de Araújo Costa, presidente do Brasil de 1985 a 1990.

B.C. – Do Sarney! O Maximiano pegou o finalzinho do Geisel e o Figueiredo todo; saiu com o Figueiredo. Saiu porque o Karan⁴⁵, que também foi meu colega na escola, uma vez aqui, no clube, disse: “Poxa, o Maximiano fez uma comigo e não sei o quê... Largou a bomba na minha mão para eu ser ministro. Eu estava esperando entrar o Figueiredo, que aí eu iria ficar quatro anos, e com ele eu vou ficar só tapando buracos.” Mas não, ele continuou, também, com o Figueiredo.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

Bom, então militar lá e militar aqui. Aqui a Copesp foi para fazer... O chefe do Estado-Maior da Armada – brilhante - que se envolveu muito, depois, na energia nuclear, o almirante Flores, disse: “A Marinha...” Com o Maximiano... “Está querendo...” Ele era o segundo homem, chefe do Estado-Maior, e o Maximiano... “Em longo prazo ou não, propulsão nuclear, mas quem vai ceder o urânio enriquecido para a propulsão nuclear do Brasil? Ninguém.” E ninguém iria mesmo. Então, se a Marinha quer ter propulsão nuclear, o problema número um é enriquecer urânio autonomamente – com autonomia. Então a Copesp, além de ter aquilo tudo que tinha lá, tinha, como número um, que enriquecer o urânio para possível uso na propulsão nuclear. Portanto, a acima de um enriquecimento que a agência permitia a gente ter...

E.M. - Os vinte por cento; não é? Que são necessários...

B.C. – Então o Brasil... A Argentina, por sua vez, tinha o seu projetozinho de enriquecer urânio, só que não era pelo método que o Othon adotou aqui; e, orgulhosamente, não tinha a capacitação profissional que o Brasil tinha – a Argentina. Então ficou aquele...

T.C. – Mas era a Marinha, também - na Argentina -, que...

B.C. – A Marinha e o Exército, o Exército também - fortemente o Exército. Então os militares caíram; sobe o Menem e o [Afonsinho⁴⁶], não é? Sobe o Sarney... O Afonsinho e o Sarney. Aí eu estava na Comissão e então...

E.M. – O senhor chega à Comissão - desculpa, é só para situar – em que ano exatamente?

B.C. – Eu voltei para a Comissão, depois, com o Rex.

E.M. – Com o Rex. Então no governo Sarney.

B.C. – Em 1977, acho.

E.M. – Não.

⁴⁵ O entrevistado se refere a Alfredo Karan, Ministro da Marinha no governo Figueiredo.

⁴⁶ Referência não encontrada.

T.C. – Ok. O senhor fica, em Viena, entre 1968 e 1983.

B.C. – É. Eu saí em 1977.

T.C. – Sim. E a gestão do Rex é 1982 a 1989.

E.M. – Final do [inaudível] do Figueiredo.

B.C. – O período do Rex... Eu estava na Agência, em 1983, quando o Rex passou por lá e disse: “Professor, eu vim...” O Rex ia uma ou duas vezes, por ano, para as reuniões lá; e, como sempre, eu ia ao aeroporto, pegava, saía e almoçava... Só não hospedava porque o meu apartamento era pequeno, e [inaudível] dar conforto para ele; mas almoçava e ficava [inaudível]. É como se eu tivesse integrado-o na delegação. Então, em 1983, ele disse que iria comprar o meu passe. Como? “Eu quero que o senhor vá para a Comissão. O senhor pede rescisão de contrato na Agência.” Eu disse: “Isso aí é difícil. Primeiro eu tenho que falar com a [Eulália.⁴⁷]” Ele disse: “Não. Eu já falei com a minha madrinha e ela já autorizou.” [Risos] Ele é danado, já tinha falado com ela.

T.C. – Ele já tinha feito. Cercado...

B.C. – “E, segundo, vou ver se - com o tempo que tenho - eu posso me aposentar, pelo menos, levando dois dólares para casa de pensão e tal...” Então, em 1983 – em setembro de 1983 – eu saí de Viena; e em novembro de 1983, eu fui para a Comissão.

T.C. – Lhe agradou a idéia de voltar ao Brasil? O que o Rex ofereceu para participar de um projeto de retomada...

B.C. – Não. O Rex...

T.C. – Por que o senhor voltou?

B.C. - Era um voto de gratidão que ele queria demonstrar - a gratidão dele de me ter trabalhando com ele -, e ele queria dar uma incrementação nessa... No Departamento de Ensino e Pesquisa, onde eu fui assessor de ensino e treinamento - não havia nem divisão aqui, dentro. No correr do tempo, o Hervásio criou um Departamento de Ensino e Pesquisas - que era um general até idoso, bem idoso; não como eu, menos, mas já estava, também, batendo bandeira de [mela⁴⁸]. [risos] Então o Rex queria alguém que trabalhasse, talvez... Que já sabia jogar, onde passar a bola e onde receber - essas duas razões. Foi uma coisa muito pessoal.

⁴⁷ Referência não encontrada.

⁴⁸ O mais próximo do que foi possível ouvir.

T.C. – Quando o senhor volta para o Brasil, final de 1983, o que o senhor sabia - ou o que a Agência, em Viena, sabia - sobre o programa paralelo que, no governo Figueiredo, se desenvolveu a pleno vapor?

B.C. – Os colegas, formalmente, não conversavam comigo; mas um grego, que era muito gozador - de [Mitre⁴⁹] -, e mais outros, que eram muito gozadores, sempre brincavam comigo. “É. Vocês estão, lá, fazendo e enriquecendo urânio.” Quer dizer, na Agência, já havia. Eu sentia que, na Agência... O diretor geral da Agência, por exemplo, o Dr. Eklund⁵⁰ - que me tinha uma consideração *enorme* - criou uma seção de treinamento de inspetores para treinar duzentos inspetores por ano. Criou e disse aos três diretores – porque era um conselho de três diretores que escolhiam o chefe de seção – que era para mim, aquilo. Quer dizer, ele gostava de mim. Esse Dr. Eklund e o sucessor dele, o Blix, nunca tocaram, nunca mencionaram - e nenhum colega comentou diretamente, ou formalmente - mas eu sentia, no ar, que eles achavam que a gente estava fazendo qualquer coisa por trás.

T.C. – O senhor sabia dos seus contatos informais com o Rex e com o Othon? Enfim, com as pessoas que coordenavam...

B.C. – Eu sabia que o Brasil estava pretendendo enriquecer urânio e reprocessar. Tinha um projeto chamado Celeste lá, no IEA, mas ainda era(é) [poloto⁵¹] e tal... Agora, o do Othon avançou; o Celeste parou [inaudível]. Mas, de qualquer maneira, eu sabia que havia intenção do governo brasileiro de cobrir todo o ciclo de combustíveis.

E.M. – O senhor sabia do programa paralelo nesse momento?

B.C. – Sabia. [inaudível] Sabia do programa paralelo. Eu sabia particularmente.

T.C. – E como se articulava as Forças Armadas? Já que cada um tinha a sua linha de pesquisa, vamos dizer assim, no começo; e até o almirante Othon fala isso na entrevista dele, uma mesma linha sendo perseguida. Porque ele ficou no CTA⁵² um tempo e, depois, houve essa separação.

B.C. – Estava muito mal. Cada um fazendo de per si, e estava muito mal. Porque, o Exército, eu não sei, mas a Aeronáutica tentou fazer enriquecimento por laser; a Marinha

⁴⁹ Referência não encontrada.

⁵⁰ O entrevistado se refere ao Dr. Sigvard Arne Eklund.

⁵¹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁵² A entrevistadora se refere ao Centro Técnico Aeroespacial.

tentou pela ultracentrifugação com a capa de fibra de carbono – o Othon mandou oficiais estudarem fibras de carbono, na Europa, sem nada se conectar... O Othon foi um grande gerente. Eu levei, uma vez, o Cesar Maia, lá, para conhecer o projeto do Othon – porque o Cesar Maia tinha barrado dois bilhões de cruzeiros [risos] para o Conselho de Segurança...

T.C. – O senhor levou para Aramar, IPEN⁵³ ou Resende?

B.C. – Aramar. Eu o levei em Aramar. E o Cesar Maia, na Comissão de Finanças, negou. Aí eu procurei o Cesar Maia, por quê? Porque eu tinha a fama de ser brizolista. Então eu liguei para o Brizola⁵⁴ e disse: “Eu preciso falar com o Senhor Deputado Cesar Maia porque ele vetou uma importância muito grande; está indo para o Conselho de Segurança, mas não é. O Conselho de Segurança vai alocar isso para a Marinha – para o projeto nuclear.” O Brizola era nuclear, o Brizola gostava...

T.C. – O senhor pode falar, um pouco, sobre isso?

[FINAL DO ARQUIVO 1]

B.C. – É muito importante [para a energia nuclear⁵⁵]. Então eu apanhei o Cesar Maia com o meu carro lá, no Novo Leblon – ele morava lá. Levei-o a São Paulo, o Flores estava esperando a gente; cumprimentou e tudo, mas não acompanhou - eu fui com ele. Ele visitou tudo e conversou. Quando nós voltamos, ele abriu a pasta dele, tirou uma folha e disse: “Vou retificar o meu parecer porque esse projeto está nas mãos não é de um comandante...” O Othon ainda não era almirante, acho que era de mar-e-guerra... “Está nas mãos de um grande gerente.” Eu vi poucos gerentes com a capacidade de Othon Pinheiro. Eu estou dizendo isso para ficar nos anais porque o Cesar Maia, que é respeitado nessa área de gerência, economia...

T.C. – É um administrador, não é?

B.C. – É um administrador. Ele disse isso do Othon: “Não está nas mãos de um comandante, está nas mãos de um grande gerente. Eu vou já alterar...” E autorizou o dinheiro. De forma que espalhado, como estava, não. Eu sei que houve material nuclear que a Marinha cedeu para o Exército – tudo isso atrapalhava a contabilidade. Eu trabalhei,

⁵³ A entrevistadora se refere ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares.

⁵⁴ O entrevistado se refere ao político brasileiro Leonel de Moura Brizola.

⁵⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

muito, no sentido de retardar o quadripartite para ajeitar as contas, por causa da coisa não está com a... Agora, parece que está coordenado, não é? Eu não sei bem como está.

T.C. – Sim. Ela cedia esse material, a Marinha, como forma de “ok, então me deixa trabalhar. Toma aqui o seu urânio.” E aí a Marinha pode continuar tranquila no projeto dela? Por que ela cedia esse material? Ela tinha escolha de não ceder?

B.C. – Para as outras forças?

T.C. – É. Ou, na verdade, não tinha muita opção?

B.C. – Não. Devia vir da Presidência da República, a autorização.

T.C. – Ah. Ok.

B.C. - Isso no período militarista. Por isso que eu digo, infelizmente, com a caída do regime militarista... Que, eu acho, era uma indignidade para o Brasil, um grupo de generais se reunir e escolher o novo presidente, porque nem a Marinha eles convidavam para essa escolha - é bom que se diga isso. Como oficial de Marinha, eu me ressinto, muito, disso. Está bom, fizeram a revolução, as três forças e tal... Agora, a sucessão, só uma das forças que se reúne? Então, eu não estou defendendo o período ditatorial, eu reconheço como tal e tudo isso. Só não tenho... Não jogo pedra neles porque não me fizeram mal nenhum. Só assinaram um papel me tirando da Marinha, reformando naquele posto.

T.C. – Em que posto o senhor se reformou?

B.C. – Como capitão-de-mar-e-guerra; mas, depois, com a anistia do tempo do... Como é? Esse antecessor do Lula?

T.C. – Fernando Henrique.

B.C. – Fernando Henrique. Eles me reformaram como capitão-de-mar-e-guerra com todos os benefícios, vencimentos e vantagens de vice-almirante – dois postos acima. Um pela anistia e um porque eu tenho o serviço de guerra, eu tenho a medalha do serviço de guerra e o diploma.

T.C. – O senhor foi embarcado?

B.C. – Durante a guerra, apesar de eu ser aspirante, nós embarcávamos toda quinta-feira, às seis da manhã, em um cruzador e nos incorporávamos a uma flotilha de escolta de cruzadores que fazia de São Tomé – que é, lá, em São Paulo... Não. Em Campos. Eu sei que é...

T.C. – Em São Paulo é São Vicente.

B.C. – São Vicente! Era um farol, lá, em São Vicente, e São Tomé em Campos. Eram três cruzadores, Santa Catarina, o Mato Grosso e outro. Então estava na caderneta: “Embarcou

em Santa Catarina e tal...” Eu não acho que é muito justo, mas está dentro dos conformes. Então eles deram essas duas... Então eu tenho vencimentos vantagens e benefícios de vice-almirante, mas a carta... Tem um nome, é carta...

E.M. – Patente.

B.C. – Patente é a patente, e carta-patente é de capitão-de-mar-e-guerra. Os outros são portarias.

T.C. – Perfeito.

E.M. – Vamos então...

B.C. – Ah, mas eu não terminei raciocínio. Então caíram os dois militares, e não restam dúvidas de que estavam trabalhando intensamente na área militar; vem o Afonsinho – isso é importantíssimo – e Sarney de coração aberto, eles procuraram fazer uma aproximação – o Sarney nos ouviu muito.

E.M. – Ouviu a quem?

B.C. – A CNEN.

E.M. - E ao Rex...

B.C. – A CNEN e a SAE. A SAE porque a CNEN estava subordinada a SAE, mas a CNEN – agora está o Ministério de Ciência e Tecnologia...

E.M. – Quem era o SAE?

B.C. – Era o Pedro Paulo. Não...

E.M. - Do Sarney? O Pedro Paulo era do Collor.

B.C. – Do Collor.

E.M. – Quem era o do Sarney, você lembra? A gente, depois, descobre. Desculpe.

B.C. – Mas o próprio Sarney, em uma oportunidade, nos ouviu – eu e Santana⁵⁶. Ele disse: “Eu quero uma aproximação com objetivo de fazer o seguinte, onde eles estão mais avançados – que éramos nós – vamos fazer uma cooperação para nós podermos chegar; e onde nós estivermos, vamos fazer com eles para eles chegarem.

T.C. – Onde que eles estavam mais avançados? Qual era o conhecimento... O que vocês sabiam do lado argentino?

B.C. – Parece que no reprocessamento eles estavam mais avançados. A idéia era a complementariedade dos dois programas e cooperação no sentido de transparência, complementação e transferência de tecnologia para que todos os dois pudessem atingir o ciclo de combustível com a [inaudível]. Essa era a idéia de Afonsinho e Sarney.

⁵⁶ O entrevistado se refere a José Luiz Santana.

E.M. – E em relação ao programa paralelo que existia, tanto no Brasil quanto na Argentina? Qual era a diretriz do presidente Sarney?

B.C. – A diretriz era que esse programa paralelo iria ficar liderado pelas Comissões de Energia Nuclear, [as duas⁵⁷]. E de Conhecimento, da ABACC. Foi quando eles saíram e entraram o Collor e Menem, e os dois procuraram tirar proveito político disso. Talvez seja, até, uma arrogância minha querer dizer e criticar o Collor - que é um político habilidoso e tudo -, mas o Collor tentou, de meios e modos, ganhar a primazia da Agência e tudo. Na época, a imprensa divulgou – não sou eu que estou dizendo -, disse que o Menem falou na Argentina: “Não. A energia nuclear, a Agência dá preferência a nós. Temos relações carnis com os Estados Unidos e não sei o quê...”

T.C. – A Agência de Viena, no caso.

B.C. – De Viena. Aí eles divergiram, e novamente ficou a corrida.

E.M. – Competição. Uma lógica de competição.

B.C. – Antes havia competição e isolacionismo; depois – com Afonsinho e Sarney – complementariedade, transparência, transferência de tecnologia e objetivo de todos os dois poderem ter o ciclo completo do combustível.

E.M. – Vamos falar um pouquinho da CNEN nesse período Sarney, que é o período que o senhor volta. Era a CNEN sob o comando do Rex e...

B.C. – Depois do José Luiz.

E.M. – E depois do José Luiz já com o Collor.

B.C. – No finalzinho com o Collor.

E.M. – Como era a CNEN? Como funcionava? Qual era a lógica?

B.C. – Com o Rex, a CNEN funcionava muito na base de fazer consulta aos próceres do paralelo para não criar problema.

E.M. – De quem a gente está falando?

B.C. – Militares. O Rex teve muita habilidade...

E.M. – Ele tinha trânsito.

B.C. – Tinha trânsito. Você usou a palavra. O Rex tinha trânsito e confiança, eles tinham confiança no Rex. E o Rex enfatizou o programa civil.

E.M. – Entendi. E qual era o seu papel? Era ensino, treinamento e pesquisa?

B.C. – E um pouquinho da área internacional.

E.M. – O que consistia, exatamente, isso?

⁵⁷ O mais próximo do que foi possível ouvir.

B.C. – O Rex, sempre que ia à Europa, que ia às agências, às conferências gerais, ele me levava na delegação para analisar...

E.M. – E que tipo de missões o senhor e o Rex participavam na AIEA, como era o relacionamento?

B.C. – A AIEA era o seguinte: A Agência... [Tem, aqui, até um⁵⁸]... A Agência, na realidade, ela é controlada pela Assembléia Geral dos Estados Membros, vão ministros de estado e presidentes de comissão, na maioria – eles que fazem. Então, nessa reunião, de uma a duas por ano, a Agência - o secretariado – apresenta o que foi discutido, o que foi feito e o que pretendiam. Por exemplo: tipos de acordos para aprovar, orçamento e sua estrutura normal.

E.M. – Então eram reuniões do funcionamento normal da AIEA.

B.C. – De qualquer secretariado prestando contas ao patrão, que era a Assembléia Geral. Então, todo dia, tinha uma agenda que vinham os documentos pertinentes, nós estudávamos juntos e cada um dava um palpite. O Rex tomava a decisão.

E.M. – E como era, em relação ao programa nuclear brasileiro, a posição da AIEA nesse período?

B.C. – Oficialmente a AIEA insistia que o Brasil assinasse o TNP⁵⁹, só; mas nunca fez...

E.M. – Existiu uma pressão sistemática ou não?

B.C. – Não. Sistemática não. Mas havia uma pressão muito delicada, porque o Brasil tinha uma posição muito respeitada – o Brasil foi um dos pioneiros da criação da Agência... Antes, quando quiseram criar uma dentro das Nações Unidas – uma comissão de energia atômica orgânica das Nações Unidas -, quem participou, muito, disso foi o almirante Álvaro Alberto. De forma que a Agência tinha essa tradição. Dois diretores, logo, de um grupo de oito, eram brasileiros; no primeiro, o Bernardo Gross – aliás, austríaco de nascimento, mas brasileiro naturalizado – e o famoso, e brilhante, professor Joaquim Costa Ribeiro.

T.C. – Então, na verdade, o Brasil, nessa época – falando, um pouco, da relação entre o Brasil e o Tratado de Não Proliferação -, depois que o senhor saiu da Agência, não era um impeditivo não ter aderido ao tratado e não era um impeditivo para o Brasil ser respeitado internacionalmente.

⁵⁸ O entrevistado se refere a um documento que está em sua posse no momento.

⁵⁹ O entrevistado se refere ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares

B.C. – Não. Na Agência, inclusive, quando eu ainda estava lá, nós tínhamos um candidato a um posto chamado P5 que foi negado, e o diretor geral da Agência, quando veio visitar o Brasil, nós o levamos ao Instituto de Rádio e Proteção, lá, e não sei o quê... E eu pedi que quem acompanhasse o diretor da Agência fosse esse candidato que a Agência tinha recusado o posto P5 – o Dr. Marchesi.

T.C. – Ivano Marchesi.

B.C. – Aí visitou, com ele, o Ivano Marchesi e tal... Quando acabou a visita, o Blix fez os maiores elogios ao Ivano. Eu disse: “Pois é, o Hans...” Eu o chamava de Hans e ele me chamava de [Dino⁶⁰]... “Esse homem, a Agência recusou.” “O quê? Esse homem, em informática, é bom em tudo. Tem um posto de *diretor* para informática. Vamos falar com o presidente da comissão para indicar ele e nós vamos...” Que dizer, a Agência não tinha [inaudível] contra o Brasil. Depois do Ivano, nós tivemos outro diretor, o Paulo Barreto ficou por muito tempo. Para ter diretor, era tabu; eram, só, países filhinhos da mamãe. E o Brasil conseguiu durante um longo período...

T.C. – Países armados.

B.C. – É verdade. [risos] Durante um longo período ter diretores.

E.M. – Então falamos, um pouco, da CNEN, sobre o Rex, com a AIEA; a CNEN, sobre o Rex, em relação ao programa paralelo; e a CNEN, sobre o Rex, e a presidência? Quer dizer, a Presidência da República. Como era o relacionamento?

B.C. – O Rex como presidente da CNEN sempre teve trânsito, porque a CNEN era subordinada à Presidência da República e, naquele tempo – eu não sei se ainda é assim –, o presidente da república tinha dois gabinetes, o gabinete militar e o gabinete civil; e vários órgãos – o ministério tal despacha como civil... O presidente da CNEN despachava como chefe da casa militar da Presidência da República.

E.M. – Que era o general...

T.C. – O Leônidas⁶¹?

B.C. – Houve vários generais. Eu não me lembro agora. Mas, com todos, o Rex tinha trânsito. Porque o Rex já era, também, professor do IME; quati rabudo, mas era - dava aula e tinha feito o curso do IME.

E.M. – E com o presidente Sarney? Ele também despachava...

⁶⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁶¹ A entrevistadora se refere ao general Leônidas Pires Gonçalves.

B.C. – Muito bem. Com o Sarney, muito bem.

E.M. – Sim. E tinham muitos militares, nessa ocasião, na CNEN?

B.C. – Na CNEN tinha. Tanto que o José Luiz, quando foi para a CNEN, tinha instruções do Collor para varrer os militares, todos, de lá. Aí o José Luiz, quando soube que o Collor tinha nomeado o almirante Flores para ministro, ele sabia que o Flores tinha interesse no programa nuclear. O José Luiz, antes de assumir a comissão, passou pelo gabinete do Flores para conversar e aí o Flores disse: “Olha, eu quero lhe fazer um pedido, Dr. José Luiz: Se o senhor fizer alterações, não mexe no comandante Bernardino, porque o comandante Bernardino tem ajudado, muito, CNEN.” De forma que o José Luiz me engoliu. Depois se tornou um grande amigo, mas me engoliu. Porque recebeu ordens do Collor para varrer os militares de lá, havia muitos militares. Esse rapaz, você falou o nome dele...

T.C. – O Ivano Marchesi?

B.C. – Não. Ele era coronel do Exército, que era da Nuclebrás⁶² – bonitão e alto.

T.C. – Syllos⁶³.

B.C. – Syllos. Syllos, [inaudível], Aldir Maurício, Almir Maurício, Alcir Maurício – os três irmãos Maurício. Outro dia eu contei assim no dedo... [Eu estou, um pouco, cansado - vocês devem estar notando – porque eu dormi muito mal.

T.C. – O senhor quer parar um pouco?

B.C. – Essa noite eu tive uma insônia terrível por causa da perna que estava *doendo*... Não. Podemos continuar uns dez minutinhos mais.

E.M. – A gente termina essa história e, se o senhor quiser, a gente pode, de repente, marcar uma segunda sessão; ou, quando o senhor estiver melhor, pode ser daqui a bastante tempo...

B.C. – Mas estou satisfazendo às perguntas de vocês?

T.C. – Claro! Muito! O melhor sinal de que o entrevistado está satisfazendo é quando falta tempo...⁶⁴]

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.C. – Então o Rex e os militares, que você perguntou...

⁶² O entrevistado se refere à Empresas Nucleares Brasileiras S.A.

⁶³ Referência não encontrada.

⁶⁴ Trecho a definir se será suprimido ou não.

E.M. – Sim.

B.C. – Muito bom trânsito. Tinha credibilidade e ele gostava. Eu acho que ele nasceu para ser milico. [risos] Ele gostava e era bem aceito.

E.M. – Só não era por um acidente da vida.

B.C. – Ele gostava e era bem aceito – muito bem. Todos os generais. Tanto que, quando criaram a ABIN, o general Felix pegou... Criou o departamento científico e colocou o Rex lá.

T.C. – O senhor se recorda - eu vou fazer duas perguntas, depois do governo Sarney e o governo Collor -, porque é um episódio que o José Luiz Santana relata. Uma reunião com ele, o José Luiz Santana, Celso Amorim, Mondino, outro embaixador Argentino e o senhor, onde os argentinos abriram o jogo e teriam dito, ao lado brasileiro: “Ah, nós sabemos vocês que não abandonaram, ainda, os planos de se fazer um artefato.” Enfim, que esse é um episódio marcante, que levou a abrir mais os dois lado e acabou levando a criação da ABACC. O senhor se recorda dessa reunião? O senhor pode falar, um pouco?

B.C. – Em detalhe, não. Mas as reuniões comigo, José Luiz e Mondino eram *muito* abertas. É bem possível. Eu não vou dizer que “sim, eu me lembro.” Talvez fosse assim. [inaudível] mas muito abertas. O Mondino era muito aberto, não escondia – era transparente. Foi um período muito, da formação da ABACC, bom. E, a ABACC, a consequência foi essa: Se para nós fazermos uma complementaridade de programas, eu transfiro tecnologia para você e você transfere para nós, é bom que haja um órgão que verifique se isso está sendo dentro dos conformes de todos os acordos que nós temos aqui, ali e acolá. Aí, a ABACC foi mais como um órgão para acompanhar e ajudar; mas tinha, também, no meu entender – eu disse isso ao José Luiz, mas não transferimos em público, ficou entre nós -, a ABACC, uma conotação de querer...

E.M. – Fiscalizar.

B.C. – Fiscalizar a gente. A primeira inspeção que eles quiseram fazer, eu fui contra. A primeira inspeção era aos documentos, a ABACC vinha... [Cadê os meus óculos? Está aqui. Isso vale a pena ler aqui. Está em algum lugar... Aqui.⁶⁵] A ABACC tinha, por função: “fiscalizar os registros e o material...” Isso foi o quadripartite. A função da ABACC... “E deve ser implementado dentro de quarenta e cinco dias.” Aí eu fui contra isso, eu disse: “Não. Dentro de quarenta e cinco dias não pode, porque a Argentina vai começar a devassar a Copesp, o programa paralelo, que ainda não estava arrumado.

⁶⁵ O entrevistado se refere um documento que está em sua posse no momento.

T.C. – Quarenta e cinco dias era um número que os argentinos tinham colocado?

B.C. – Tinham colocado. As funções da ABACC estão aqui, pena que eu estou cansado e não estou localizando.

T.C. – Não tem problema.

B.C. – Mas, eu tinha separado - quando eu li isso, hoje, de manhã - as funções da ABACC. No meu entender, na época, eu não fui contra a ABACC, nunca, em reunião oficial; mas eu alertava, sempre, o José Luiz de que a ABACC tinha, também, uma conotação de olhar pelo espelho retrovisor para ver onde é que...

E.M. – Onde é que o outro estava. [riso]

B.C. – Avançando. Onde é que o outro está.

E.M. – Entendi. Está bom.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

2ª Entrevista: 29.07.2011

M.S. – A gente queria voltar um pouco ao início do seu período na Agência e tentar fazer uma coisa cronológica, não é? Voltando lá, para trás. O senhor chega na Agência num momento em que o Brasil decide não aderir ao TNP, depois do Brasil ter participado do Comitê dos Dezoito e todo o debate que levou à construção do regime. Como foi percebido isso na Agência e na comunidade internacional? Qual era a reação que tinha uma pessoa como o senhor ali, num momento em que o Brasil começou a denunciar o regime?

B.C. – Realmente, em função dessa temática, a minha posição foi muito curiosa porque o diretor geral da Agência, o Dr. Eklund, ficou cinco mandatos - um sueco. Eu conheci em Washington, quando eu estava na Comissão Interamericana de Energia Nuclear; e ele não estava ainda na Agência, ele estava [acabando⁶⁶]...

M.S. – Apoio.

B.C. – Apoio. [inaudível]E passou por para Washington, e o meu chefe – que era diretor da divisão científica da OEA – me levou para almoçar com o Eklund porque eu estava numa posição, lá, quase como um representante do Brasil... Eles não me pagavam; quem

⁶⁶ O mais próximo do que foi possível ouvir.

me pagava era o Brasil. Então, esse [Pérsio⁶⁷] me levou para almoçar e eu conheci o Eklund. Colocou-me ao lado; batemos papo; e o Eklund gostou de mim, amor à primeira vista - um velhinho, já morreu. Eu também gostei dele e da senhora dele que estava acompanhando, era uma espécie de secretária dele, Anna Greta. Então, quando eu cheguei em Viena, para início de conversa, era difícil o Brasil ter um posto em salvaguarda nucleares por causa dessa posição. O que ajudou é que o Eklund, quando viu o meu nome, ele passou... Porque ele era um homem muito discreto. Ele passou discretamente ao presidente da comissão que selecionava os candidatos... Porque, para cada posto na Agência, naquela época, você tinha cinquenta, ou sessenta, candidatos de cada país; porque, de qualquer posto da Agência Atômica, órgão das Nações Unidas, é divulgado igualmente a todos os membros. “Salvaguarda a um cara de um país desse...” Mas eu fui muito bem recebido por causa disso, pelo setor que sabia da copa e cozinha do Eklund comigo. [inaudível]. Mas o pessoal mais radical, eu não vou dizer o nome, mas havia um alto funcionário da Alemanha, esse – principalmente - me tratava com reservas. Eu não sei se era o jeito dele, mas eu sentia; e eu era o único funcionário brasileiro que tinha ao redor, na Agência toda só havia um.

M.S. – Durante muitos anos o senhor foi o único.

B.C. – Não. Eu fiquei só dois anos. Aí, um foi. Mas foi para uma divisão de aplicações na agricultura porque ele tinha muita ligação com aquele centro em São Paulo, CENA – Centro de Energia Nuclear em Agricultura. Mas, exatamente, havia. A atmosfera da diplomacia internacional, os organismos internacionais nucleares, era fechada para o Brasil por causa dessa posição do Brasil; que era uma posição muito... Brasil e Índia criavam muito problema porque eram países potencialmente detentores do urânio enriquecido. A Índia estava bem adiantada.

M.S. – Naquele momento, a Argentina não era um problema? Porque, afinal de contas, toda negociação por Tlatelolco que tinha acontecido, e que era contemporânea, as cartas já estavam dadas. Não se suspeitava que a Argentina pudesse...

B.C. – Não. A Argentina... Inclusive tinha um alto funcionário argentino, lá, com trânsito. A Argentina, no período que eu transitei na área diplomática, sempre jogou com pau de dois bicos. Sempre foi.

M.S. – Em que sentido?

⁶⁷ Referência não encontrada.

B.C. – No sentido de que ela ataca por aqui, mas usa um preposto para dizer que aquele ataque é aparência - mas que não tem profundidade. Isso é um sentimento meu da política argentina. A política diplomática da Argentina não é a agressiva, não é contra o Brasil, modus in rebus. Eles engoliram porque tiveram que engolir Itaipu, mas chegou a haver declarações. O próprio Menem, quando houve um problema, disse: “Não. Não é problema porque a Argentina tinha com os Estados Unidos relaciones carnales.” Isso ficou estampado em todos os jornais para você ver. Isso na crise do Tlatelolco, que foi uma bolação deles para poder tapar o céu com uma peneira de não assinar o TNP. Mas deve ter havido algum emissário altamente credenciado que disse: “Não.” Aí, nós ficamos com os dois Tlatelolcos e o outro. E, logo depois, eles aderiram ao TNP - muito antes do Brasil. Os dois países que, na Agência, criavam preocupação era Índia e Brasil porque eles sabiam que todos os dois já estavam no caminho certo para ter urânio enriquecido; e, tendo urânio enriquecido: eu não preciso de nenhum país, eu faço a minha bombinha. E o Paquistão - era o Bhutto, o presidente deles - disse uma vez: “Não. O meu povo vai comer grama, mas nós vamos ter a bomba atômica.”

M.S. – Dito e feito.

B.C. – O pessoal do lado de fora: “Esse cara é louco.” Não é louco não. É que a Índia tendo, eles passavam a ser um protetorado indiano. A Caxemira já era um problema, e, eles tendo a bomba, dizem: “Calem a boca senão eu jogo uma bombinha.”

M.S. – Mas por isso eu lhe fiz essa pergunta. Porque se a Índia e o Brasil eram percebidos como riscos potenciais pelo regime - e, portanto, o Paquistão sai à frente para tentar fazer a sua bombinha - eu imaginaria que a Argentina tentaria fazer o mesmo para evitar ser protetorado do Brasil.

B.C. – Pois é, mas acontece que a Argentina tentou por um processo... Nós fizemos o caminho do enriquecimento com muita seriedade, sem fanfarra, mas foi o das ultracentrífugas. A Argentina tentou fazer por difusão gasosa...

M.S. – Com grande fanfarra.

B.C. – Grande fanfarra. Que é extremamente dispendiosa; tecnologia... Foi a primeira. Foi a [inaudível] americana, mas os Estados Unidos são os Estados Unidos, não é? Eles tinham, lá, cinco cientistas top do mundo que eles pagaram a peso de ouro, ou sequestraram, não é? Mas a Argentina não tinha isso tudo, essa bola toda. Tinha muita fanfarra, muito Clarim – jornal anunciando e tudo –, e tentou um caminho difícil que era o da difusão gasosa - me parece. E o Brasil foi pela ultracentrífuga com mais moderação, com muito sigilo e muita tranquilidade.

M.S. – Naquele período, na Agência, existia algum indiano que tivesse uma posição similar a do senhor?

B.C. – Não. Havia argentino.

M.S. – Quem era o argentino?

B.C. – O argentino era Carlos Buchler. Foi até meu colega nos Estados Unidos, anos anteriores, fazendo um curso. Um dos primeiros cursos de engenharia e ciências nucleares aberto ao mundo foi dado em Argonne, o Laboratório Nacional de Argonne.

M.S. – Onde o senhor estudou.

B.C. – Vinculado à Universidade...

D.N. - De Illinois.

B.C. – De Chicago... Illinois. Era perto de Chicago, ao sul, mas era Universidade de Illinois. E o Carlos Buchler foi logo da primeira turma. Agora, esse Carlos Buchler era argentino, me parece que de origem judaica, mas era meio freelance. Eu não sei por que mão ele entrou na Agência. Ele tinha prestígio, era chefe de seção como eu, mas a minha seção, que era de salvaguarda da dele - que era administrativa - e uma outra seção - que se chamava Seção Técnica - iam ser fundidas numa divisão; e eu concorri, o Buchler concorreu e um outro. O Buchler ganhou, o argentino. Então, as três seções se transformaram numa Divisão Técnica e Salvaguarda que o Buchler passou a ser diretor; e era muita competência. Ele entrou mais como freelance, não foi com o peso da cidadania Argentina.

M.S. – Entendi. Uma das coisas que chamam muito a atenção da gente é a seguinte: quando a gente entrevista diplomatas do Brasil e da Argentina, eles sempre nos falam do grau alto de desconfiança em relação às ambições nucleares do outro país. Mas quando a gente conversa com cientistas, os técnicos, as pessoas que sabem de fato, eles dizem: “Nunca achamos que os argentinos fossem sair, para frente, para fazer uma bomba; achamos que não tinham que não tinham a capacidade de fazê-lo.” E uma das coisas que a gente descobriu, e que a gente não sabia, é que havia muitas relações – quase que uma comunidade de cientistas – entre os dois países que se conheciam, se frequentavam e eram amigos...

B.C. – Giambiagi é um exemplo. Vocês devem ter ouvido falar desse nome.

M.S. – O Giambiagi, exatamente. O pai do economista.

B.C. – É pai do economista.

M.S. – Agora, o que eu queria saber, primeiro, se isso faz sentido; e, segundo, se na Agência em Viena era um ambiente onde pessoas como senhor, brasileiros que conheciam

a situação no Brasil, trocavam idéias com Argentinos que conheciam a situação na Argentina.

B.C. – No meu tempo havia dois argentinos: um, que era do departamento de administração e a gente tinha pouco contato – ele mesmo era solteiro; mas o Carlos Buchler, pelo fato de nós termos estudado em Argonne, a família se conhecia e tudo isso, a minha posição é suspeita porque eu e ele tínhamos um trânsito muito bom. E eu e ele chegávamos a dizer um para o outro: “Os nossos países estão fazendo uma loucura com essa animosidade porque nós temos é que nos juntar.” Era a posição dele e era a minha; e era a posição da maioria dos cientistas, como você já pontilhou, não há dúvida. Mas, em termos de governo, mesmo os cientistas, nunca havia um passo para lá e para cá; e, na Agência, eu só posso dar o testemunho do Carlos Buchler. Isso sim, eu e ele já - desde Argonne - achávamos que nos éramos dois países destinados a marchar em tecnologia, em qualquer ramo que fosse, sempre juntos porque haveria uma complementaridade e não haveria uma disputa porque os dois perderiam.

M.S. - Essa atuação conjunta que vocês achavam que é o que esses países deviam fazer, é uma atuação conjunta em que exatamente? É um ajudar no desenvolvimento tecnológico do outro? É desenvolver tecnologia conjuntamente? É ter a capacidade de enriquecer e detonar juntos? Ou é se juntar para resistir ao TNP?

B.C. – Olha, a parte de enriquecimento ainda havia o pensamento de fazer juntos. Daí em diante, era top, top, top secret; nem eles abriam a boca para dizer uma palavra sobre a possibilidade de o enriquecimento servir para artefato explosivo nuclear, e nem nós dizíamos. Não dizíamos nem internamente.

M.S. – Mas sabiam?

B.C. – Ah, sabiam. Sabiam porque o serviço de espionagem funciona, e é fácil você deduzir pelo teor de enriquecimento e a utilização. O sujeito tem como meta o teor de enriquecimento depois de dezessete - ou dezenove - por cento, ele já está querendo mais do que aplicações médicas, ou em tecnologia de ponta; está indo para o artefato explosivo nuclear.

M.S. – Essa é uma das coisas que eu queria lhe perguntar, porque a gente já tem evidências do lado brasileiro de que, em meados da década de setenta, têm pessoas muito graduadas do governo brasileiro que conversam sobre a possibilidade de uma detonação de um explosivo pacífico. No caso argentino, essa evidência é muito difícil de encontrar.

B.C. – Exatamente. Eu não me lembro.

M.S. - O senhor se lembra se, na Argentina, havia alguém que representasse essa idéia?

B.C. – Olha, eu conheci pessoalmente, e até desenvolvi uma simpatia por ele e ele por mim – nós conversamos muito – com um ex-presidente chamado almirante [Kily Austin⁶⁸] e era uma figura simpaticíssima. Mas ele nunca deixou escorregar nenhuma palavra que pudesse – ele era muito inteligente – me permitir extrapolar de que estavam indo para o artefato explosivo. Mas só o fato do Kily Austin, almirante e com grande penetração internacional, ser o presidente da Comissão, e que não era um cientista conhecido... O Giambiagi tinha mais cachê, na época - o pai desse menino -, para ser presidente do que o Kily Austin, mas o Kily Austin foi posto. Então, eu – maliciosamente – acho que o Kily Austin já estava para ser um meio de campo. Mas ele nunca deixou... Ele era muito hábil e muito... Ele se dava muito, também, com o meu presidente, que era outro almirante, o Octacílio Cunha. O almirante Octacílio, sempre que ia ao exterior, me levava; por eu ser de Marinha e ser da área nuclear, ele tinha confiança. O Octacílio era de armamento. E nós nos dávamos bem com o Kily Austin; e eu e o almirante, às vezes, ficávamos conversando: “Esse malandro, aí, ta querendo...”

M.S. – É malandro. [risos]

B.C. – “Esse malandro, aí, está querendo juntar a gente no bloco dele e fazer não sei o quê... Deixe ele correr sozinho a raia.”

M.S. – O almirante Octacílio deixava escorregar em alguma instância?

B.C. – Ah, o que o almirante disse várias vezes para [inaudível], “a minha posição é a seguinte: nenhum país, no nível que a energia nuclear já estava desenvolvida no mundo e tendo pelo menos cinco detentores, nenhuma autoridade devia impedir o seu país de caminhar para obter um artefato explosivo nuclear.” Você sabe e já pontilhado, aí, por todo mundo, a diferença artefato explosivo nuclear e bomba atômica.

M.S. – Claro! Sem dúvida.

B.C. – O artefato explosivo nuclear tem vários outros componentes. Mas o almirante dizia, e foi a minha posição, “nenhuma autoridade responsável pela energia nuclear pode impedir o país de, digamos, enriquecer urânio no nível que desejar desde que já existem cinco detentores de armas nucleares e outros que estão correndo – inclusive a Argentina – para obtê-las também.” Então, o Brasil teria uma posição muito patética se não fosse...

M.S. – Se abrisse mão.

B.C. – Se abrisse mão. De forma que eu sempre fui... Bebendo na fonte do almirante Octacílio Cunha a favor de que nós deveríamos enriquecer até o nível que desejassemos

⁶⁸ O mais próximo do que foi possível ouvir.

porque era uma ação preventiva. É a mesma coisa que você não fazer canhão porque canhão... A bomba tem outros aspectos desastrosos, tristes, não é? Mas, de qualquer maneira, se o mundo está se armando dessa maneira, o vizinho do lado... Nós tínhamos informações e extrapolações, Índia e Paquistão, lá, fazendo.

M.S. – O senhor mencionou agora os serviços de espionagem, e eu queria lhe perguntar como funciona essa dinâmica dos serviços de espionagem no âmbito da Agência? Para quem está na Agência no momento, não é? A informação circula, em boa medida, graças a esses serviços. Como é que funcionava isso no caso da Índia, Brasil, Argentina?

B.C. – A Agência não tem no seu organograma nenhum setor que deixe transparecer de que eles trabalhavam na base de informações e contra-informações, isso não existe e é proibido dentro das Nações Unidas. De forma que o que havia, de fato, era de maneira muito informal e voluntária. Por exemplo: eu tive um diretor, um Iugoslavo que foi amigo de Tito⁶⁹ - daqueles da resistência e vivendo nas montanhas - ele tinha uma natureza assim, ele gostava. Qualquer sujeito que chegava de fora... Chegava um brasileiro para me visitar, ele sabia e ligava para mim – ele me chamava de Dino, Bernardino. Os americanos têm o vício de botar apelido e... Eu assinava Dino Pontes; e eu recebia memorandos: “Tu, Dino Pontes.” Joseph Wilson, eles botavam: “Jo Wilson.” “Dino, fulano de tal, eu soube que está chegando aqui.” “Traz ele para almoçar comigo e tal.” Ele tinha essa tendência. Então, era fofoca; era proibido e se respeitava, mas se fazia informalmente na base da fofoca. Mas que havia determinados funcionários que eram mandados para lá tendo já uma formação de diplomacia para poder fazer o leva e traz.

M.S. – Inclusive o Brasil?

B.C. – Não. Do Brasil, o período em que eu passei, lá, passaram dois embaixadores só, e nenhum dos dois tinha. Inclusive a posição brasileira com Argentina era sempre muito cuidadosa; cuidadosa, exatamente – lá, na Argentina -, por causa do comentário que se fazia.

M.S. – Claro. Avançando um pouco para o ano de 1970, por que o Brasil não aceitou a proposta alemã de ultracentrifugação e a gente preferiu, em vez disso, aceitar o pacote da Westinghouse? O senhor tem memória disso, o que foi que nos levou?

B.C. – Isso, quando aconteceu, eu já estava em Viena, mas as preliminares foram, todas, feitas em São Paulo. Quem administrava cientificamente a energia nuclear no Brasil sem

⁶⁹ O entrevistado se refere a Josip Broz Tito, foi líder dos [partisans](#) durante a [Segunda Guerra Mundial](#) e, mais tarde, presidente da [Iugoslávia](#) durante grande parte da existência do país.

desdouro – por exemplo, do almirante Octacílio que era presidente da CNEN -, porque ele ouvia muito, era o Marcello Damy. Inegavelmente. Eu acho que deve ter sido uma decisão do grupo Marcello Damy. No grupo Marcello Damy tinham dois ou três, no máximo, mais antigos do que ele - até o ex-professor dele, o professor Maffei. Mas quem foi o homem que decidiu o caminho da energia nuclear no Brasil foi... Viveu quase até cem anos. Eu acho que ele morreu há pouco tempo, não é? Foi Marcello Damy de Sousa Santos. Então, foi o grupo paulista, vinculado ao Instituto de Energia Atômica que tomou essa decisão de optar pelo grupo Westinghouse. Como o reator de São Paulo também foi uma decisão assim, repentinamente, de comprar um reator que iria ser de Porto Rico e Porto Rico não quis pelas razões dele; e acho que era da Westinghouse também. Marcelo Damy disse [inaudível]... Agora, isso eu me lembro, se não estou já extrapolando, do Damy ter dito que era pegar ou largar. Então, a gente pegava porque a gente não sabia, se largando, quando que a gente ia ter um reator.

M.S. – Claro.

B.C. – Nós estávamos ainda naquela fase romântica. “Não, vamos fazer porque não sei o quê. Vamos desenvolver aquilo... [inaudível] do combustível.” Talvez, até hoje, se tivesse reatores. Eu acho que foi um passo do Damy certo. Mas já tem essa vinculação. Eu não sei detalhes, mas pode estar certo de que a origem da decisão de optar pela Westinghouse partiu do grupo IEA – Instituto de Energia Atômica. Não foi daqui da... Nem da capital Brasília.

M.S. – Claro. Interessante, isso. Nesse período, boa parte do que acontece na Agência é uma discussão sobre a ampliação da salvaguarda, não é isso?

B.C. – É.

M.S. – Nessa primeira metade da década de setenta, que é o contexto no qual o Brasil acaba o acordo com a Westinghouse e começa a negociação com os alemães, não é? Que leva ao acordo de setenta e cinco. O senhor se lembra se, naquela época, havia pressões norte-americanas para além do que, meramente, conseguir que o Brasil aceitasse salvaguardas um pouco mais amplas? Porque a impressão que a gente tem é que o governo dos presidentes Nixon e Ford, a época do Kissinger como secretário de estado, a posição norte-americana é: não tem problema o Brasil fazer o que faz, apenas precisamos expandir um pouco as salvaguardas, mas não é mais do que isso. Está correta essa interpretação?

B.C. – Está. Esse é o meu pensamento também. E volto para aquele ponto, o vínculo do grupo de São Paulo com os norte-americanos era tão forte que eu acho que havia,

realmente, uma credibilidade recíproca. Já com os alemães não havia. Os alemães estavam sendo vistos, naquela época, como a pata do leão para pegar o coelho.

M.S. – Me explica isso.

B.C. – Os alemães botavam um mar de exigências, quase que condicionavam tudo à nossa adesão ao TNP. Eu também não entendo por que o americano era preocupado, mas havia uma credibilidade muito grande entre esse grupo de São Paulo e o grupo norte-americano.

M.S. – De onde vinha essa credibilidade? Eram laços pessoais? Era o quê?

B.C. – Eu acho que era a posição do Marcelo Damy. Nunca se subestimou o Marcelo Damy, sempre se respeitou muito; mesmo porque ele se impunha. Eu mesmo tive um problema com ele, eu fiquei de relações cortadas com ele quase que um ano. Depois, tanto ele quanto eu, vimos que foi infantilidade nossa. Eu era diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa da Comissão de Energia Nuclear; e ele lá, do Instituto de Energia Atômica. Questão de bolsa de estudo, cursos, conferências e tal. Ele queria muito e eu queria dividir pelo país todo. Eu não dava a fatia tão grande quanto ele queria. Por causa de uma coisa dessas houve uma pequena fricção, mas passou. E, até ele morrer, o Damy, para mim, foi inegavelmente o homem que mais contribuiu para que a energia nuclear se vinculasse no Brasil. E o Marcelo Damy tinha a sua formação e suas amizades mais ligadas ao continente americano do que ao europeu. Por exemplo, um presidente, logo depois que ele saiu, o Dr. Cintra do Prado - também muito meu amigo - eu tinha uma admiração por ele. [inaudível] viajamos juntos para o exterior várias vezes. O Cintra do Prado foi professor do Damy. Depois, presidente da... Já tinha outra posição. Era um homem mais europeu. Eu, quando fiz a primeira viagem só com o Cintra, sozinho, ele disse: “Olha, Bernardino, eu gostaria de fazer o circuito todo. Temos compromisso na Inglaterra, vamos à Agência para a conferência geral e eu queria sair uma semana antes, mas queria passar três dias na França para rever o pessoal lá, do meu tempo, da universidade – os diretores, professores. Você ficaria comigo?” Quer dizer, o Cintra tinha essa vinculação. O Almirante Octacílio também estudou quatro anos na França. O Damy não, o Damy era mais ligado à comunidade científica norte-americana; e era muito... E sempre foi muito sério. Então, ele era muito acreditável pela comunidade científica americana, e ele gostava dela, de forma que essa é a razão pela qual pesou muito essa decisão pelas ultracentrífugas.

M.S. – O motivo pelo qual o acordo com a Westinghouse chega ao fim é porque os americanos, em determinado momento, suspendem a provisão do combustível por uma questão de legislação interna norte-americana. Agora, se havia mais credibilidade, como

o senhor falou - mais confiança com os americanos -, como se explica que a gente tenha dado essa guinada enorme para os alemães, com os quais não tínhamos um histórico de cooperação nuclear, para um projeto... O adjetivo é faraônico nas suas dimensões.

B.C. – Olha, eu não sei o que houve nesse período, em que época foi essa guinada... Foi nos high sixty - nos altos sessenta -, antes de sessenta e oito; porque, em sessenta e oito, eu já tinha o meu application para Viena. Em sessenta e quatro eu já tinha sido reformado pela Marinha, [cassado⁷⁰], entendeu? Mas, isso, eu não sei indicar a você. O que eu sei é que a vinculação com os americanos se devia muito à personalidade do Damy. Esse pulo para os alemães, eu perdi esse lapso. Depois que vocês completarem, e se conseguirem fechar isso, eu vou consultar.

M.S. – Ótimo. Maravilha.

B.C. – Eu perdi esse pulo. Quem que jogou, exatamente, a Alemanha.

D.N. - Seria o Paulo Nogueira Baptista, talvez?

B.C. – Talvez. Porque, olha, dentro da CNEN, o Octacílio Cunha que foi o primeiro... Não. Ele passou para o Marcelo Damy; o Damy passou para o Cintra do Prado; o Cintra do Prado passou para o Hervásio...

D.N. – Para o Hervásio de Carvalho.

B.C. – Mas o Hervásio tinha vínculo com os americanos também...

C.P. - Tinha uma contraposição entre ele e o Paulo Nogueira Baptista, ou não?

B.C. – O Hervásio, Israel Vargas e Marcelo Damy eram extremamente ligados à comunidade científica americana. Você agora, Dani, me alertou, porque eu não...

D.N. – Não chegou a lidar com o Paulo Nogueira Baptista.

B.C. – Não tive muita ligação com o Paulo Nogueira Baptista.

M.S. – Agora, o senhor tem lembrança de como foi recebido, na Agência, esse acordo Brasil-Alemanha? Afinal de contas, à época, era o maior acordo de transferência de tecnologia da história, em ambição, em volume e em projeto. Como é que a Agência recebeu?

B.C. – Olha, não criou, pelo menos no período em que eu estava lá porque, um dos diretores em salvaguarda mais fortes era... Até o primeiro nome dele é engraçado, ele não era conhecido... Meu Deus... Termina [sempre com mann⁷¹]. Beckmann. [Adolf

⁷⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁷¹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

Beckmann⁷²]. Adolf com certeza, e acho que era Beckmann. Esse era um diretor - eu até tive um bate-boca, uma vez, com ele por causa de um assunto de serviço lá - ele era muito grosso, mandão e ele tinha muita força. De forma que, eu acho, ele deve ter servido de padrinho para acalmar qualquer suspeição dentro do Departamento de Salvaguarda. Ele era muito forte. Adolf Beckmann... Eu acho que era von Beckmann, tem um von na frente, Adolf von Beckmann.

C.P. – Então ele era alemão.

B.C. – O Adolf von Beckmann era diretor da Divisão Técnica... Tinha a de Operações, que era o [inaudível], iugoslavo, e tinha o von Beckmann - eram as duas divisões. Eu era da de Operações e o von Beckmann era da Técnica. Mas o von Beckmann era forte. Eu tenho a impressão que - e foi mais ou menos neste período, de 1969 até, quando eu saí, em 1983 – o von Beckmann deve ter dado o aval para o Brasil. Ele estava perfeitamente ciente de tudo que se passava na Alemanha porque ele veio como candidato de apoio governamental.

M.S. – Naquela época, na Agência - o senhor vai lembrar - se discutia a possibilidade de serem criados centros regionais de reprocessamento. Fala um pouco para a gente desse modelo e por que ele não vingou.

B.C. – Isso era conversa de corredor. Nunca houve nenhum projeto dentro do Departamento de Salvaguarda. Se eu falar é especulação agora, de momento. Mas eu nunca tomei conhecimento lá, a não ser conversas de corredor. Como, depois, nós fizemos aqui a ABACC para Brasil-Argentina e a Comissão Interamericana de Energia Nuclear. Mas, como projeto tecnológico de áreas, eu não posso, infelizmente, contribuir.

M.S. – Quando a gente conta a história do regime de não-proliferação, como é que a gente deve interpretar o período Nixon, Ford e a diferença disso com o período Carter? O senhor diria que o Nixon e o Ford eram tolerantes e, quiçá, até simpáticos ao desenvolvimento da energia nuclear, enquanto o Carter era claramente contrário a isso? Ou essa caracterização é injusta?

B.C. – Eu acho que - o que me chegou de inputs aqui, dali e tal - a conscientização é que o Carter era mais ligado no problema, coisa pessoal. Então, ele meteu o ferro em cima. Os outros não. Com os outros era um dos mil problemas que envolviam a diplomacia norte-americana. O Carter não, esse era the problem, então ele entrou duro.

M.S. – A Agência foi simpática a ele, ou resistiu?

⁷² O mais próximo do que foi possível grafar.

B.C. – A Agência aceitou. O Carter era bem visto na Agência e respeitado, eu nunca senti núcleo de hostilidade à posição do Carter.

M.S. – Em 1977 e 1978, o Carter sugeriu ao Brasil a retomada do ciclo do tório como alternativa ao acordo com a Alemanha. O senhor tem memória, chegou a acompanhar isso?

B.C. – Não. Lá nunca me chegou informação do tório. O que me chegou é que Minas Gerais que tinha muito interesse.

M.S. – Sim.

B.C. – O professor... Foi presidente de uma comissão de energia nuclear mineira; foi professor do Israel Vargas... É um velha-guarda contemporâneo do Cintra do Prado. Ele era muito simpático. [O foco⁷³] Era mais oriundo de Minas, porque Minas tinha minas...

M.S. – Claro. Sem dúvidas. Ainda no seu período na Agência, o senhor chegou a acompanhar todo o processo de discussão sobre o núcleo Suppliers Group e as conversas do grupo com o Brasil para ver se o Brasil entraria, ou não entraria, e em que posição ficaria a situação do Brasil naquele período, no período em que o Brasil está negociando com a Alemanha?

B.C. – Eu soube que havia negociações naquele tempo. Acho que o Itamaraty chegou a fazer duas delegações: uma específica, global, a embaixada; e tinha uma representação junto à Agência, acho que era até o Proença nessa época – o embaixador Proença. De forma que ficava muito limitada... Eu já estava bem antigo porque eu fui para lá em fins de 1968, ou início de 1969, e as minas relações eram, todas, coisas de serviço. Eu sentia que a diplomacia não me procurava muito porque eu seria a ponte com a CNEN e eles eram a ponte com o Ministério das Relações Exteriores; e eles, talvez, tivessem um pensamento diferente. Eles pensavam que nós estávamos interessados em tecnologia para fazer a bomba, mas não queriam manchar a posição diplomática do Brasil.

M.S. – Como é o equilíbrio de forças entre CNEN e Itamaraty? A impressão que eu tenho é que nas décadas de 1960 e 1970 até o Carter, a CNEN certamente fala mais do que o Itamaraty; que na década de 1970, a resistência ao Carter é encabeçada predominantemente pelo Itamaraty; e a gente tem algumas pessoas que nos dizem que, depois, no final da década de 1980, o Itamaraty é que toma as rédeas. É isso?

B.C. – O Itamaraty, em 1980, começou... Eu participei de várias reuniões com o Ministério das Relações Exteriores. Eu me lembro que numa delas o Renato Archer,

⁷³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

quando foi ministro de ciência e tecnologia – o primeiro, ele quem criou -, era muito meu amigo...

M.S. – Ah, é?

B.C. – É.

M.S. – Pessoal?

B.C. – Pessoal.

M.S. – A gente tem o arquivo dele agora.

B.C. – Eu tenho uma saudade dele e uma amizade extrema porque ele era de uma turma acima da minha na Escola Naval, ele saiu guarda-marinha num ano e eu saí no ano seguinte; e, na Escola Naval, tangenciávamos [inaudível]. Mas, a partir do momento em que eu fui para a Comissão de Energia Nuclear e que ele era deputado – ainda não havia o Ministério antes do Juscelino –, eu encontrei com o Archer em Brasília e reativamos uma amizade. Quando ele foi ministro de ciência e tecnologia, qualquer pessoa que queria falar com ele sobre energia nuclear ele me chamava. Ele morava na Rua Bernardino Campos, número quatro, em Santa Tereza. O Rex, quando era presidente da Comissão disse: “Ah, professor, eu soube...” Eu fui professor do Rex. “Que o senhor é amigo do Renato Archer. Eu precisava conversar com ele e tal.” Eu liguei para o Archer: “Pois não. Dez horas aqui e vamos tomar um uisquezinho e tal...” Aí levei o Rex lá. Levei, lá, também mais três: o ministro Flores - o Flores tinha, lá, uns negócios que ele queria conversar com o Archer... “Eu soube que você...” O Flores me chamava de você. “É amigo do Archer.” É sempre assim. O Presidente da Aben, Associação Brasileira de Energia Nuclear – ele está agora na Eletronuclear, eu acho que é o segundo homem...

M.S. – Está com o Othon lá?

B.C. – Está com o Othon, e é o segundo homem lá. “[inaudível] eu estou perdendo.” Ele também quis entrevistar o Archer e o Archer disse: “Não. Traz o Bernardino...” Enfim, isso é para eu mostrar a minha posição com o Archer. O Archer... Você levantou a bola do Archer sobre? E eu fui fazer esse histórico...

M.S. – Não. Na realidade, o senhor introduziu o Archer. Eu estava falando do equilíbrio de forças entre o Itamaraty e a CNEN.

B.C. – Ah. Sim! O Archer, quando foi para o Ministério, ele pediu ao Itamaraty um assessor e mandaram o Celso Amorim.

M.S. – Exatamente.

B.C. – Então, eu participei de inúmeras reuniões com delegações estrangeiras no Itamaraty... Quem cuidava de energia nuclear era o Departamento de Assuntos

Econômicos, inclusive quando o Bambino Rêgo Barros foi e quando o Celso Amorim foi. E eu, como tinha um sujeito mais antigo, eu deixei sentar ao lado do Celso Amorim e aí o Celso disse: “Não. Hoje o Bernardino vai ficar aqui, do meu lado.” Mas, inegavelmente, toda a mixagem energia nuclear CNEN-Itamaraty, a presidência é do Itamaraty. O bambino passou; o Lampreia passou por lá; o Osório. “Quem vai fazer uma palestra lá, no [inaudível]?” Osório Rosa. O Celso Amorim. A presidência era sempre...

M.S. – Do Itamaraty.

B.C. – Do Itamaraty. O presidente da CNEN nem sempre ia, ele mandava sempre um assessor, exatamente, porque ele se sentia [deslocado⁷⁴]. Eu ia sempre, embora fosse de outro departamento; eu não tinha nada com relações exteriores na CNEN. Eu tinha com o Departamento de Ensino e Pesquisa, que era o meu.

D.N. – Isso valia para as reuniões bilaterais Brasil-Argentina, todas do grupo de trabalho, nesse período de 1983 até 1989?

B.C. – Não. Eu voltei da Agência em 1984, fiz de 1983 ou início de 1984, e eu participei ativamente. Eu fui até indicado pelo presidente Mondino, da Argentina, para ser o primeiro secretário-geral da ABACC.

M.S. – A gente entrevistou o Mondino. O Mondino foi uma das pessoas que mandaram a gente entrevistar o senhor.

B.C. – O Mondino combinou com o governo brasileiro e com o primeiro presidente da ABACC, que contribuiu muito para a ABACC... Um argentino apresentou o [inaudível] brasileiro. Mas aí o...

D.N. – O Goldemberg interfere.

B.C. – Havia um camarada que queria porque queria botar o Feu – não sei o que Feu.

M.S. – O Carlos Feu.

B.C. – Carlos Feu.

D.N. – O Goldemberg que intervém.

B.C. – O Goldemberg. Exatamente. O Goldemberg era [inaudível] o Feu para várias coisas. Aí, o Goldemberg era o ministro de ciência e tecnologia, eu acho, na época.

M.S. – E botou o Feu.

B.C. – O Goldemberg, então... E me dava bem com ele. Ele foi deselegante porque andou no ostracismo... No tempo em que eu estava na Comissão de Energia Nuclear, o Goldemberg estava no ostracismo.

⁷⁴ O mais próximo do que foi possível ouvir.

M.S. – Claro.

B.C. – Mas tudo que ele pedia, lá, para o departamento... Porque ele era do Departamento de Física e não se dava com o Damy – o Damy era do Instituto de Energia Atômica -, mas todos da USP. Então, a turma do Damy batia nele. Mas o Goldemberg ligava: “Bernardino, eu preciso mandar dois pesquisadores para uma conferência no mês que vem...” Porque tinha um processo e demorava três meses para indicar. “Goldemberg, para você tudo é...”

M.S. – Rapidinho.

B.C. – Rapidinho.

M.S. – Maravilha. Antes de a gente chegar ao período em que o senhor volta para o Brasil, eu queria lhe fazer a seguinte pergunta: o senhor deixou a Agência no fim de 1983 e, em dezembro de 1983, a Argentina anuncia que enriquece urânio. Já entrevistamos pessoas que nos disseram que era um blefe, que não enriquecia urânio próprio coisa nenhuma; já entrevistamos pessoa que nos disseram enriquecia sim. Qual foi o impacto, na Agência, do anúncio argentino de enriquecimento? Se é que teve algum.

B.C. – Eu não cheguei a tomar conhecimento do impacto porque eu já tinha saído quando houve o alarde. Agora, antes de eu sair, de corredores, já se tinha informes – pescava daqui e dali – de que a Argentina... Para ganhar dos inspetores das várias nacionalidades que queriam inspecionar a Argentina. Um inspetor que tem a base técnica e visão política, ele pode – pegando uma conversa daqui e dali... Por exemplo, a Índia, eu disse ao meu diretor que a Índia devia estar preparando qualquer coisa grave.

M.S. – Em que ano o senhor falou isso?

B.C. – Eu falei isso em setenta... Antes de eles fazerem... Setenta...

C.P. – 1974.

B.C. – Depois é que eu passei para o Japão. Porque eu fiquei dois períodos na Agência: eu fiquei até 1973, quando nasceu um neto meu e eu vim para cá; e aí voltei em 1977. Aí, eu fui direto para o do Japão. Então, foi antes de 1973.

M.S. – Entendi.

B.C. - Porque eu chegava na Índia e eles tinham dois depósitos, duas piscinas de elemento combustível; um dos depósitos não era salvaguardado porque eram elementos combustíveis... Tinha um reator de pesquisas de urânio natural feito por eles. Então, não tinha obrigação. Naquele tempo, as salvaguardas... Por isso que eles querem as amplas

agora. Só exigia salvaguarda o que era de cooperação [internacional⁷⁵], que era desenvolvimento autônomo. E estava custando a abrir espaço nessa piscina para poder pegar os elementos combustíveis do núcleo do reator deles, que era salvaguardado, e eles entulhando na... Porque o reator fica dentro de uma minipiscina, mas a estocagem geralmente é feita numa piscina própria. Tem até um túnel ligando, às vezes, as duas para ele passar, assim, por cima. E acumulando... Eles estavam acumulando, na piscininha porque, depois que o elemento combustível se consome muito, ele não pode continuar no núcleo, mesmo que o reator esteja parado, porque ele irradia coisas espúrias. Enfim, eu cheguei conscientemente – com os conhecimentos técnicos que eu tinha da área – de que estava de grande conveniência a Índia manter aqueles elementos naquela piscina pequenininha em vez de mandar para aquela adequada. Eu disse: “Tem algo errado aí.” O meu chefe [inaudível]: “Não. É que eles devem estar mexendo naquele outro para alguma coisa.” Porque o outro, sendo reator de pesquisa – urânio natural levemente enriquecido -, produz muito plutônio.

M.S. – Dito e feito.

B.C. – Eles deviam estar trabalhando o outro lá, na piscina. Que dizer, estavam fazendo qualquer coisa...

M.S. – Estranha.

B.C. – Estranha. Eu levantei o sinal, dito e feito. Quatro meses depois, foi anunciado.

M.S. – Eu não sabia que o senhor tinha voltado para o Brasil entre 1973 e 1977. O que o senhor fez aqui, no Brasil, nesse período?

B.C. – Nesse período, eu estava na lista negra, estava cassado - eu tinha lepra. Só a Uerj, com muita dignidade, o reitor foi professor no ginásio – Aroldo Lisboa da Cunha, um homem de bem - me mantiveram na UEG⁷⁶. Então, eu dava aula na UEG e na Escola de Engenharia Veiga de Almeida. A Comissão só ia para tomar cafezinho, todo mundo era meu amigo; mas o Hervásio, que já morreu - um grande amigo meu e eu rezo, às vezes, por ele - foi franco. Ele disse: “Olha, Dino, se eu te trazer para cá - que era a minha obrigação – no dia seguinte, saio eu e você.” Porque estava muita... Esse período, 1973-1977, o pessoal vivia... Eu, quando fui para a CNEN, depois, com o Rex - em 1983 –

⁷⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁷⁶ O entrevistado se refere à Universidade do Estado da Guanabara.

ainda houve lá... Tinha uns seis coronéis do Exército que fizeram uma reuniãozinha para o Rex voltar atrás, mas o Rex já tinha falado direto com o Geisel; e o Geisel tinha...

M.S. – Com o Figueiredo.

B.C. – O Figueiredo, mas com o Geisel primeiro, porque o Geisel era o chefe da Casa Militar. O general Ernesto Geisel, antes de ser presidente, foi chefe da Casa Militar. E a CNEN... Você sabe, os outros órgãos da Presidência eles não despacham direto com o presidente - ou com a Casa Civil ou com a Casa Militar. Depois, é que – se for preciso – vai ao presidente; mas quem filtra tudo, quem faz tudo, é a Casa Civil e Militar. E a CNEN era via Casa Militar; e era Ernesto Geisel, que tinha um irmão chamado Bernardo Geisel que foi membro da Comissão de Energia Nuclear. Eram quatro membros: Octacílio, Cintra do Prado e Bernardo Geisel. Mas era lá, do Paraná.

M.S. – Qual é o nome dele?

B.C. – Bernardo Geisel. Eram três irmãos: o Ernesto...

M.S. – O Orlando e o Bernardo. Eu não sabia que o Bernardo tinha trabalhado na...

B.C. – O Bernardo foi membro da Comissão Deliberativa com o Octacílio Cunha. E, quando ele vinha para as reuniões, que eram periódicas, onde que ele se instalava na CNEN? No meu gabinete, porque eu oferecia a ele. Eu nem sabia dos irmãos dele. Eu gostava dele, era bom; e tinha uma filha que trabalhava lá, na CNEN, Anna Maria Fritsch, linda. A gente dizia que era a bela e a fera porque os Geisel eram feios. [risos] Mas, o professor Bernardo Geisel, eu cedia o meu gabinete, minha secretária, tudo para ele e ficou meu amigo. Então, o Rex – muito hábil – falou com o professor Bernardo Geisel - “não, não.” – e ele ligou para o Ernesto Geisel e disse: “Olha, o presidente da CNEN quer trazer um oficial que foi reformado pelo Ato Institucional, mas não é comunista, é um home de bem, inclusive católico. Eu estive em Viena com ele em delegações e sempre, na CNEN, eu ficava no gabinete...” Passou. Limpou a minha ficha e, então, eu fui. Mas, mesmo assim, houve... Então, nesse período, eu fiquei morto para a energia nuclear. Não de tudo porque eu ia lá, à CNEN, conversava com o Hervásio, acompanhava, sabia de uma coisa e outra; e eu tinha o meu ex-staff que estava lá, com quem eu mantinha relações. Mas não tive ação nenhuma até 1977. Em 1977, então, esse Eklund veio ao Brasil e, num almoço, o Hervásio – no Iate Clube – teve a gentileza de me convidar e me botou ao lado do Eklund. O Eklund disse: “É, Dino, resolveu o seu problema?” [Que foi o meu neto que tinha nascido e a minha filha que se separou - essa⁷⁷]

⁷⁷ O entrevistado utiliza um tom de voz bem baixo.

M.S. – Sim.

B.C. – Então, o Dr. Eklund... Eu disse: “É. Resolvi. Hoje estou com guarda e responsabilidade do meu grandson. Está tudo muito bem e tranquilo.” “E que tal voltar?” Eu disse: “É, professor Eklund, para voltar o senhor sabe qual é o trabalho, mandar o application e daqui a um ano...” Ele disse: “Não. Se o professor De Carvalho me der uma carta quando a gente voltar, agora, à CNEN – ele indicando; a carta dele para mim, eu levo e...”

M.S. – Aprovo na hora.

B.C. – Aprovo na hora o seu contrato. Aí eu voltei em 1977.

C.P. - Então, em 1976 foi tomada essa decisão?

B.C. – Hein?

C.P. – Quando houve a conferência geral da IEA aqui.

B.C. – É.

M.S. – E, aí, o senhor volta para lá para lidar, basicamente, com o Japão?

B.C. – Japão. Eu fiquei só... O Japão, Taiwan e... Oficialmente se chamava Far East: Coreia, Japão, Taiwan e Vietnã. Eu estive no Vietnã. Houve um cessar fogo, aí o Dr. Eklund me chamou e disse: “Olha, Dino, como você é bem sênior, eu vou te perguntar se você aceita – houve um cessar fogo – fazer a inspeção do reator de pesquisa no Vietnã porque há rumores de que os vietcongues invadiram, porque ele fica muito perto da linha – no paralelo –, e roubaram material nuclear. Então, como não há inspeção porque estão em guerra e nós não podemos mandar... Mas, agora, houve um cessar fogo e eu queria só que você... No seu relatório, basta dizer que o material nuclear ainda está lá.”

M.S. – E o senhor foi?

B.C. – Eu fui.

M.S. – E o material estava lá?

B.C. – E o material estava lá. E eu [riso] passei o maior susto porque eu não sabia o que era curfew. Eu sabia inglês, era fluente, mas curfew eu não sabia. E eu estou num bar assim, de noite, quase dez horas – cinco para as dez – e, então, as mulheres no bar lá, histéricas, gritando e me sacudindo.

M.S. – Solta esse copo.

B.C. – “Curfew...” Porque eles não... Os asiáticos não têm consoantes separadas, tudo eles juntam, curfew. É que, depois das dez, qualquer objeto que se movesse, tinham os jipes do Exército para [inaudível] [risos]. Eu fui correndo para o hotel e, cheguei no hotel,

estava todo mundo lá, às meias portas, me esperando e batendo palmas. [risos] “Só faltava aquele brasileiro.” Isso é só para dar um toque.

M.S. – Fantástico.

D.N. – E nesse período, na sua divisão, quem é que lidava com a Argentina e com o Brasil - dos inspetores? O senhor lembra?

B.C. – Na ABACC?

D.N. – Não. Na IEA, em Viena, o senhor lidava com o Japão, com o Far East. Quem lidava com o Brasil e Argentina?

B.C. – Geralmente não botavam brasileiros. Eu não fui nomeado inspetor para a Argentina; e depois, para a salvaguarda, foi o Brandão para lá – Francisco de Assis Brandão -, já devem ter ouvido falar. Foi outro inspetor que eu me lembro. Foram mais dois funcionários, mas foram para outros departamentos, o Ivano Marchesi e Paulo Barreto eram do Departamento de Aplicações Biológicas. Mas Salvaguardas, que eu me lembre, depois de mim, foi o Brandão...

M.S. – Que também não inspecionava nem o Brasil e nem a Argentina.

B.C. – E ficou o Brandão muito tempo. Agora é que, nos últimos oito anos, foi muita gente para lá.

D.N.- Por causa da ABACC.

B.C. – Da ABACC. É.

D.N. – Mas quem vinha para cá fazer inspeções? Eram outros países?

B.C. – Nunca veio argentino também. Que eu me lembre, enquanto eu estava na CNEN, não. Porque, se viesse, eu sairia com ele e tudo porque a gente sempre teve boas relações em termos pessoais.

M.S. – Porque o senhor volta em 1983? Como é que se dá esse retorno?

B.C. – O Rex, que foi meu aluno na Uerj, vivia de aulas particulares – era um virador. Casou cedo, dois filhos pequenos - não era ainda formado em nada – e vivia... O Rex era um batalhador. Um vencedor e um batalhador. Um dos rapazes que eu tenho mais... De ex-alunos, que eu tenho maior admiração. Então, eu estava na CNEN, chamei o Rex e disse: “O Rex...” Ele era meu aluno na Uerj. Eu disse: “Você quer ganhar uma bolsa de estudos aqui, da CNEN, no valor tal?” Ele abriu os olhos. “Mas você tem que fazer certas coisas: você tem que fazer relatório, de vez em quando você tem que vir aqui e passar algum tempo.” “Ah, pois não.” Então, eu mantive o Rex uns três anos – os três últimos anos dele da Uerj – ele como bolsista da CNEN. E ele tratava a minha senhora e a mim de padrinhos, e ficamos amigos aqui fora - ele me visitava e eu visitava ele. Então, o Rex

expressava uma grande admiração por mim. Então, quando ele foi a Viena, numa das conferências gerais como presidente, ele disse: “Professor, o senhor gostaria de voltar para o Brasil?” Eu disse: “Olha, Rex, para a Comissão eu gostaria, mas a Comissão é impossível.” Ele disse: “Não. Eu vou trabalhar em cima disso, se o senhor me autorizar.” E foi o Rex. Foi por aí que ele procurou o Geisel porque a Anna Maria Fritsch – essa mocinha – eu nunca esqueci o nome Fritsch – linda, a bela e a fera – o Rex também conhecia ela; era funcionária da CNEN lá, do gabinete; e me conhecia muito. Ela deve ter fechado o circuito dos irmãos Geisel. Então, foi o Rex quem me levou... Aí chegou, numa segunda viagem, e disse: “Professor, já estou em condições de comprar o seu passe. O senhor vai ser diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa, que foi o que o senhor fundou como Divisão.” Porque, no meu tempo, era Divisão de Ensino e Pesquisa. “E que me deu a primeira bolsa e tal. Porque está, lá, o general Bandeira de Melo que está muito doente e, de qualquer maneira, eu faço até um benefício para ele.”

D.N. – Agora, antes de o senhor voltar para o Brasil com o Rex, tem um episódio de 1979-1981 que é da cooperação brasileira com o Iraque que gerou um certo tumulto internacional. O senhor lembra desse episódio? Como é que isso se desenvolve na Agência?

B.C. – Só de conversa de corredor. Houve realmente. A Agência ficou extremamente – corredor – suspeitosa desse relacionamento porque o Iraque constava no livro negro, não é?

D.N. – E aí, quando Israel bombardeia o Iraque, e tem toda aquela coisa de que o urânio que estava ali era - em parte – brasileiro, da Nigéria e tinha português...

B.C. – Tudo isso conversa de corredor. Mas correu exatamente como a imprensa depois divulgou, correu dentro da Agência, mas não em memorando circular.

D.N. – Mas aí, quando o senhor volta para o Brasil, o senhor viu isso aqui, no Brasil, o reflexo disso?

B.C. – Não.

D.N. – Já não tinha mais nada.

B.C. – Não tinha mais nada.

D.N. – Quando o senhor volta, já não tinha mais nada com o Iraque.

B.C. – Não. Agora, depois disso para cá a Agência, realmente, começou a fazer gestões com a parte de relações exteriores. [Diga-se⁷⁸] até o cara que foi candidato, o chefe –

⁷⁸ O mais próximo do que foi possível ouvir.

naquele tempo – dessa Divisão de Relações Exteriores, era o Mohamed ElBaradei, que foi candidato lá, no Egito. O ElBaradei começou nos apertos. Eu sei porque...

M.S. – Nos apertos no Iraque, ou no Brasil?

B.C. – No Brasil. O último acordo do TNP que foi assinado, o ElBaradei veio pessoalmente, me procurou, conversou comigo particularmente e disse: “Dino, você que me entende, eu vim nessa missão especialmente para nós conseguirmos assinar logo isso e tal.” Eu disse: “Mas têm dois pontos controversos, porque que nós queremos preservar os segredos, as conquistas tecnológicas das ultracentrífugas. Devemos até botar...” Uma expressão que a Agência usava muito, sempre que tinha um problema, dizia: “Isso será resolvido depois através de Letters of Understanding, Cartas de Entendimento.” Eu disse: “Então faz o seguinte: já que você veio com a missão para levar o negócio...” Eu ficava na reunião ligando para o Flores e para o Othon para dizer: “Olha, eles querem isso assim e assim.” Passando para sentir se estavam concordando. Só queriam, todos dois, era preservar as conquistas tecnológicas.

D.N. – Os segredos industriais.

B.C. – É. Aí eu disse para eles: “Olha, a Agência usa muito, quando tem esses impasses assim, Letters of Understanding. Porque esse assunto, especificamente, vai ser resolvido depois. Mas, aí, já leva assinado o [inaudível]” “Ah, está bom.” Então, o ElBaradei me deve essa atenção porque eu consegui que ele sáisse daqui com o aval; mas que, depois, iria ter Letters of Understanding. E começaram a me enrolar. Ali, eu já estava em Brasília, na Secretaria de Assuntos Estratégicos, porque a Comissão de Energia Nuclear foi para Brasília – o Collor mandou ir para lá todo homem da [inaudível].

D.N. – Com o Pedro Paulo Leoni Ramos.

B.C. – O Pedro Paulo, o PP. E a Agência está enrolando. Até que foi cutucada e mandou uma resposta atravessada, a Agência. Aí, o presidente da CNEN estava no Rio, eu estava em Brasília sozinho e, aí, deu um golpe. Eu fiz uma carta ao presidente da CNEN, eu era assessor dele lá...

D.N. – O Santana.

B.C. – O Santana. Ele estava aqui, no Rio, porque matinha os dois escritórios. Eu fiz para ele um memorando dizendo que a Agência estava visivelmente protelando a Letters of Understanding, o que estava me causando preocupação, a eles eu disse que pedia providências; e mandei embaixo “CC Pedro Paulo Leoni Ramos.” Aí, mandei por telex para cá para o Zé Luiz, no Rio, e mandei a secretária entregar em mãos lá, no PP. Aí, o Zé Luiz me telefonou: “Bernardino, não faça loucura, o PP não precisa saber disso! Isso

é coisa nossa!” Porque ele não queria onda, não é? “Você vai lá e retira.” Eu disse: “Não. Eu retirar não. Você pede a alguém aqui, mas eu não posso - Zé Luiz – isso é uma coisa deselegante.”

M.S. – Claro.

B.C. – [“Ah, estou nem aí.”⁷⁹] Aí, ele mandou o ex-chefe de gabinete lá. Mas o PP já tinha ido ao Collor, o Collor mandou me chamar e disse: “Olha, comandante, vai com quem quiser a Viena, procura esse cidadão ElBaradei, e resolve isso.” Foi quando, então, eu levei uma missão – um do IEA, um da Copesp – foram dois militares além de mim.

D.N. – Em 1991.

B.C. – Hein?

D.N. – Em 1991, ou 1990?

M.S. – Em 1990.

B.C. – 1990. Nós fomos a Viena para negociar essa Letters of Understanding. Então, ficou acertado esse... Quem era muito contra nós, apesar de ser meu amigo pessoal, era um funcionário grego – [Dimitri Périgos⁸⁰] - esse era muito consciente de que tinha que apertar. Mas aí eles fizeram, lá, umas... Concordaram em botar uma espécie de cortinas de madeira tapando a... Enfim, o Othon ficou satisfeito com a Letters of Understanding. Época do Collor.

M.S. – Claro. Agora, essa missão que o senhor teve foi muito além desse título formal de diretor da Divisão de Ensino...

B.C. – Não. Aí, eu já não era diretor de ensino. Aí, eu era chefe-de-gabinete. O José Luiz Santana me botou respondendo pela chefia de gabinete, mas eu era assessor para assuntos internacionais da presidência.

M.S. – Da CNEN. Entendi.

B.C. – Da CNEN.

M.S. – Isso foi o José Luiz Santana. Durante todo o período Rex, o senhor foi?

B.C. – Diretor de ensino e pesquisa.

M.S. – Que queria dizer o quê?

B.C. – Ensino e pesquisa...

M.S. – Qual era a sua responsabilidade?

⁷⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁸⁰ O mais próximo do que foi possível grafar.

B.C. – O departamento tinha duas divisões: uma Divisão de Ensino e a outra. A Divisão de Ensino era para fomentar, promover, formação científica na área nuclear em todo país através de convênios e contratos com as universidades e instituições de ensino. Então, nós tínhamos convênios desde o Pará com universidades, que era para fomentar. Um convêniozinho... Oferecíamos, por ano, três bolsas de estudos para alunos que fizessem disciplinas vinculadas à área nuclear; fornecíamos dinheiro para pagar professor e bolsas para universidades que dessem cursos de introdução à ciência nuclear. Nós criamos mestrado... Mestrado só dois que tinham aqui, São Paulo e Minas, porque eu e minha equipe tivemos a veledade de fazer crítica a todas as instituições de ensino do país. “Essa pode e essa não pode.” Porque todo mundo queria um reator, queria um curso de mestrado em engenharia nuclear. Reator já basta São Paulo, Rio e Minas. USP, Universidade federal de Minas Gerais e no Sul, a do Rio Grande do Sul era muito boa – eles deram também um cursinho, lá, de mestrado. Mas o resto, “nós estamos prontos para dar introdução às ciências nucleares.” Aí, damos bolsas e pagamos os professores para dar aula. Então, essa Divisão de Ensino tinha essa finalidade. E Divisão de Pesquisa era, exatamente, para auxiliar pesquisas específicas vinculadas à área nuclear. A Copesp tinha muita. Pagávamos visitas ao exterior para conversa e tudo.

M.S. – Quando o senhor volta para o Brasil para ocupar essa função, esse é um momento em que o Brasil já está com o programa autônomo em franco desenvolvimento e é um momento de muita fertilidade para o programa. É o momento em que o Brasil assina os acordos com o Iraque, que o Brasil discute o tema nuclear com a África do Sul, com o Paquistão e é o momento em que o Brasil, assim como a Argentina, compra urânio enriquecido da China. Tem aquela viagem do chanceler...

B.C. – Mas que ainda estava absolutamente secreta, essa...

M.S. – Isso. Totalmente secreta.

B.C. – Eu só vim a saber muito depois.

M.S. – Hoje em dia já está aberto tudo. Mas, à época, era secreto.

D.N. – O senhor só veio a saber disso depois?

B.C. – Eu só vim a saber muito depois através da Copesp - muito e muito depois – porque, nessa época, eu fui na negociação do TNP e o Othon me disse claramente: “Nós estamos ainda com a escrituração. Isso é off-the-record.”

M.S. – Claro.

B.C. – A escrituração do urânio comprado por baixo do pano não está fechada porque deram um pouquinho para o Exército, deram um pouquinho para Aeronáutica – a Aeronáutica queria para fazer, lá, os testes pelo laser.

M.S. – Isso. Exatamente.

B.C. – E o Exército queria ir pela difusão. Então, a hora ainda não era para esse urânio aparecer. Depois ele apareceu porque não havia nenhum problema, ele não foi levado para nenhum... Fins proibidos. Mas não estava fechada a contabilidade - era ganhar tempo.

M.S. – Claro. Isso já quando a gente está negociando a adesão ao TNP, em 1998?

B.C. – É. Foi exatamente quando o ElBaradei teve aqui para a nossa adesão ao TNP, e foi aí que eu tomei conhecimento.

M.S. – Entendi.

M.S. – Então, o senhor não estava por dentro dessas coisas com o Iraque, com a China, com o Paquistão?

B.C. – Não. Eu fiquei completamente... Eu só me informei do programa com o Othon praticamente quando eu voltei - a segunda vez - definitivamente, em 1983, e a coisa avançou. Lá para quase 1990 é que eu comecei, então, a me ligar um pouco ao programa. Porque eu ficava numa posição esquisita: eu era oficial de marinha, o Othon tinha sido meu aluno, eu estou na CNEN numa diretoria e começo a ficar flertando muito com a Copesp. Afinal, eu sou carne ou eu sou peixe?

M.S. – Claro. É interessante. Uma das coisas que o Santana nos falou na entrevista dele em muito detalhe, foi muito interessante, é – nesse período, na década de 1980 – a dimensão na qual o Brasil comprou informações blueprints, peças etc. num bazar atômico para poder desenvolver o programa autônomo; e uma das coisas que mais chamou atenção foi essa relação do Brasil com ex-funcionários, geralmente, da Euratom⁸¹ em troca de informações e, às vezes, de compra de informações. Como se dá essa dinâmica?

B.C. – Olha, Matias, eu vou ficar devendo essa a você porque eu não entrei nessa. Eu não tive, no segundo período que eu voltei e fiquei na CNEN, nenhuma informação que pudesse deixar o rabo porque eu sempre fiquei na berlinda. A minha posição era muito difícil. Não por causa de 1964, da cassação, mas por causa da Marinha.

M.S. – Claro.

⁸¹ O entrevistador se refere à European Atomic Energy Community.

B.C. – Porque havia uma constante ciumada - você deve ter sentido -, o Zé Luiz Santana tinha um ciúme do Othon tremendo...

M.S. – E do Rex.

B.C. – E do Rex. Porque o Rex era Exército. Até hoje ele é professor do IME. E eu por causa de Marinha. O Zé Luiz confiava muito em mim porque o Zé Luiz dependia do Flores, o Flores era o ministro de ciência e tecnologia.

M.S. – Isso que eu não termino de entender, Bernardino. Porque o Rex confiava muito no senhor e o Santana confiava muito no senhor? Rex e Santana não concordam com nada. Nada. Com uma exceção, o senhor.

B.C. – Sabe por quê?

M.S. – Por quê? Explique.

B.C. – Porque o Santana... O José Luiz disse claramente... O José Luiz era funcionário do IRD⁸², onde eu fiquei de quarentena dois meses. Quando eu cheguei, o Rex disse: “Eu fui a tal reunião dos coronéis. Olha, professor, a situação aqui está meio assim e eu vou lhe deixar organizando um grupo de salvaguardas lá, no IRD. Tem um pessoalzinho que eu vou botar nas salvaguardas, o senhor vai treinando e fica no Instituto de Radioproteção e Dosimetria. Na Barra.” E o Santana trabalhava lá, e a mulher dele também – chegou até a ser diretora lá. Então, eu tive – tangencialmente – algumas ligações com ele. Mas o Santana, quando foi nomeado – o Collor colega dele de garoto, pegada de carro –, ele estava um pavão, e gritou abertamente: “Eu vou tirar aquela milicada toda da CNEN.”

M.S. – O Santana gritou?

B.C. – Disse isso antes de assumir. Disse em alto e bom som para todo mundo ouvir. Mas aí ele foi ao beija-mãos em Brasília, e qual foi o primeiro beija-mão que ele foi? O ministro de assuntos estratégicos. Quem era? Mário César Flores. Quando ele chegou, o Flores disse: “Foi bom o senhor vir...” O Flores [é muito de falar⁸³]. “Porque tem na CNEN um oficial de Marinha que é um grande amigo meu e que eu gostaria que ele continuasse na CNEN. O Senhor escolhe qual a posição que achar melhor. O comandante Bernardino Pontes.” O Zé Luiz telefonou para mim e disse: “Olha, eu tive uma entrevista hoje com o almirante Flores e tal. Ele é seu amigo. Olha, Bernardino, você vai me ajudar aí. Palavra de honra.” Exatamente assim.

⁸² O entrevistado se refere ao Instituto de Radioproteção e Dosimetria.

⁸³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

M.S. – Ótimo.

B.C. – Porque o Flores era meu amigo. O Flores fez um trabalho sobre o Ministério da Defesa e queria que o Archer batalhasse; e quem entregou ao Archer fui eu porque eu estava jantando com o Archer lá, na Bernardino de Campos, quatro. O Flores foi de carro; mandou me chamar; eu fui lá; peguei; e dei ao Archer. O meu relacionamento com o Flores era de altíssimo nível. O Zé Luiz foi e ele disse: “Foi bom o senhor vir porque eu queria lhe falar isso.” Ele não ia [riso] fazer outra coisa. Agora, [inaudível] é que ele não é má pessoa, o Zé Luiz. O Zé Luiz não era má pessoa. E, até certo ponto, ele estava no caminho certo, querendo limpar da milicada, porque tinha milico demais. Seis se reuniram para me vetar.

M.S. – Exato.

B.C. – A Divisão de Segurança e Informações era deles; o Pró-Nuclear, que era o programa para a formação de recursos humanos para a área nuclear; o IEN; esse meu departamento, que era o general Bandeira. Uns seis. Departamento de Serviços Auxiliares - era um capitão da reserva.

M.S. – O senhor concordaria com a frase de que foi o presidente Collor com a implementação do Zé Luiz que fecharam o programa autônomo brasileiro?

B.C. – Não. Não fechou porque o programa autônomo brasileiro, inegavelmente, tem a sua base na Copesp. Que, agora, tem outro nome, não é mais Coordenadoria e Pesquisas de Projetos Especiais, é Centro Tecnológico e não sei o que da Marinha; mas é a Copesp do Othon. O Othon teve menos benesses da CNEN, a CNEN não ajudou tanto como o Rex tinha ajudado. O Zé Luiz fechou mais porque o Zé Luiz tinha ciurada. Mas não chegou a ponto porque o Othon é...

M.S. – É bom.

B.C. – É um trem. O Othon é bom. E daqui e dali...

D.N. – Ele tinha outras fontes de recurso, não é?

B.C. – Tinha outras fontes de recurso e conseguiu. E, mesmo assim, pelo menos no período em que eu estava lá, eu – no que dependia do Departamento de Ensino e Pesquisa... O Zé Luiz, dependendo das relações internacionais para mandar para congresso e tudo isso, ele não [inaudível]. Tanto que essa que o Collor mandou que eu fosse, lá, negociar a Letters of Understanding, eu levei dois oficiais de Marinha que o Othon indicou.

M.S. – Agora, o senhor diria que o Collor, pelo menos, consegue fechar os programas nucleares do Exército e da Aeronáutica com o Zé Luiz?

B.C. – Não sei não. O que eu depreendi é que o Zé Luiz recebeu instruções do presidente da república, do Collor, para abaixar a bola dos militares que estava muito alta – a bola. E a única que conduzia resultados positivos era a Copesp.

M.S. – Era a Copesp. A gente tem, agora, evidência de que, em 1984, o Délio Jardim de Matos ofereceu ao presidente Figueiredo a possibilidade – fez a proposta – de que, se o presidente Figueiredo desse a luz verde, o Brasil poderia fazer um teste em pouco tempo. E que, para isso, utilizaria...

B.C. – Cachimbo.

M.S. – Cachimbo. Isso é o momento ápice em que os militares têm a capacidade de dominar a área nuclear. O Senhor se lembra qual foi a reação dentro da CNEN naquele período? A CNEN estava envolvida? Qual era a relação do Rex com isto?

B.C. – Eu não sei. Seria leviandade para dizer. Agora, o Rex era verde-oliva, não é? Tinha um respaldo do Exército amplo porque ele fez muito pelo IME. Quando ele era presidente da CNEN, o que ele pedia favoreceu ao IME; e o IME merecia. Eu fui professor do IME...

M.S. – Era um centro de excelência.

B.C. – Centro de excelência. Eu fui professor, exatamente, do curso de mestrado e de física nuclear, lá, durante um certo período. No auge da caça às bruxas e eu era cassado. O diretor do curso era irmão de um coronel da CNEN, era o... Morreu recentemente o Aldir Maurício, mas o de lá era Alcir Maurício.

D.N. – Os irmãos Maurício.

B.C. – É. O Alcir Maurício era diretor do curso. Não me conhecia, mas o diretor do IME tinha sido meu colega na Uerj e era meu amigo pessoal, e deu o sinal verde para ele. Ele disse: “Pode botar o Bernardino.”

M.S. – O pessoal da Agência, os seus colegas e seus amigos da Agência, quando o senhor voltou para o Brasil, em 1983 - que é um momento em que o programa brasileiro tem mais componentes secretos - eles não ligavam para o senhor? Ou não lhe procuravam para dizer: “Bernardino, o que o Brasil está fazendo? O que o Brasil vai fazer?”

B.C. – Não. Eles sabiam da minha posição desde lá, no ensino. Mas, por exemplo, um dos inspetores, alemão e amigo desse von Beckmann – [Wolfgang Frenzel⁸⁴] – várias vezes se hospedava aqui, na minha casa, quando vinha. Eu tenho até um retrato dele. Ele

⁸⁴ O mais próximo do que foi possível grafar.

disse que a primeira vez que andou a cavalo foi lá... Eu tive uma fazenda em Friburgo e levei ele para passar um fim de semana lá, o inspetor da Agência andando de cavalo puxado por um garoto porque ele não sabia. [risos] Eu tinha um relacionamento bom com eles. E lá ficava clara a minha posição de que nada sei, nada vi e nada posso dizer. Então, eles me respeitavam e não me deixavam em situação crítica.

M.S. – A Agência sabia que havia gente no Brasil, no primeiro escalão do governo, propondo desenvolvimento de um artefato?

B.C. – Sabia. Sabia pelas indiretas, os mais íntimos jogavam para mim, não é? Eles falavam: “Não sei o quê...” E, às vezes, até citavam nome e tudo. [inaudível] como essa do Cachimbo, que foi espalhado pela imprensa mundial, não é? A Serra do Cachimbo ficou maculada como sítio de explosão. [riso]

M.S. – Claro. Eu queria lhe fazer algumas perguntas sobre a relação fascinante, nesse período, com a Argentina, não é? Porque, se a gente for fazer uma pré-história da ABACC, a gente tem que voltar ao ano de 1979, quando o presidente Figueiredo começa a desanuviar a relação com Buenos Aires; e a Argentina começa a fazer propostas que, muito mais tarde – com o Alfonsín –, virariam as visitas técnicas mútuas, não é? O que a gente entende agora, mas a gente tem informação limitada, é que a narrativa é assim: são os argentinos que propõem, os argentinos saem na frente dizendo ‘queremos começar a limpar a área e queremos começar a abrir, um pouco, o nosso programa nuclear para o lado brasileiro’; e o que a gente entende, também, é que a diplomacia brasileira, num primeiro momento, é mais cautelosa e diz ‘opa, o que é isso?’. O que os argentinos querem exatamente? E que é isso até que tem a conjunção de Alfonsín com o Sarney, onde têm uma relação pessoal e um cálculo político de ambas as partes que destrava isso; e a coisa avança muito. Mas eu não sei se eu estou certo a lhe dizer isso. Qual é a sua percepção?

B.C. – Olha, eu estive numa conferência em que estava o Sarney e o Alfonsín. Eu não me lembro se foi aqui, no Itamaraty... É. Acho que foi aqui, no Itamaraty. Porque eu também estive naquela conferência das Nações Unidas e que o Alfonsín foi... Foi lá que eu conheci o Mondino; e eu me relacionava mais. E tive na Argentina umas duas vezes a serviço da CNEN para preliminares com vistas às inspeções recíprocas. Eu até, no princípio, era contra às inspeções recíprocas.

M.S. – Por quê?

B.C. – Eu era no princípio. Porque, se nós já temos o organismo maior que visita os dois países para dar a credibilidade de que... Porque, no relatório da Agência, você pode contar até história da carochinha, no final você tem que botar uma frase dizendo: “Foi constatado

que o material declarado e registrado nada estava faltando, dentro das incertezas de medida.” Porque a gente não mede urânio como mede batata numa balança, é por medida indireta e tem um desvio padrão. Mas deu para entender. Então tem que, no relatório, botar. Então, se já existe um organismo maior que vem ao Brasil, que vai à Argentina e declara ao mundo, no seu relatório, de que as inspeções foram cumpridas e que não houve e tá, então para que, agora, fazer uma duplicidade? Então amanhã Índia e Paquistão; amanhã Venezuela e Colômbia... Mata a Agência. Quer dizer, eu ainda estava com aquele [inaudível] da Agência – na Agência basta. Mas, depois, eu vi... Depois teve muito a simpatia do Mondino. Depois eu vi que nós podíamos lucrar porque isso ia ser um pretexto para entrelaçamento científico e relaxamento até diplomático dos dois países. Então, eu fui um dos baluartes dos que trabalharam no sentido de que a ABACC fosse estabelecida. Mas, no princípio... Eu não sei se vocês concordam comigo, a tese de criar bilaterais espalhados pelo mundo destrói a multilateral. A credibilidade da [inaudível]. Além da [inaudível], eu preciso fazer as outras? Espere aí.

D.N.- Mas também existia o argumento, no Brasil e na Argentina, de que era melhor fazer bilateral para evitar que se precisasse do multilateral, não é? Porque os países não eram...

B.C. – Era matar a Agência.

D.N. – Mas, em parte, essa era a intenção dos dois, não é? Era não matar, mas – pelo menos – resistir.

B.C. – É. No fundo fazia isso, mas o objetivo não era bem esse. A coisa começou mesmo com o espírito da desconfiança. “Alguém aqui, ou lá...” [inaudível] da desconfiança. Alguém, eu não vou dizer o nome para não ser leviano porque eu estou fazendo muita confusão, me disse o seguinte: “Não. Eles querem porque é feito corrida de Fórmula 1. O cara quer olhar pelo retrovisor, onde é que está o outro.” Queria acompanhar para ver aonde a gente está.

M.S. – Aonde a gente está. O senhor caracterizaria o nível de confiança mútua entre Brasil e Argentina, na década de 1980, em temas nucleares, como uma confiança relativamente tranquila? Ou o mesmo grau de desconfiança que sempre se tem de qualquer país? Ou era uma desconfiança particularmente assustadora, tendo em vista o histórico de rivalidade?

B.C. – Olha, eu acho que era uma desconfiança que existiu e que vai existir sempre quando duas potências vizinhas começarem a crescer, ambas. Quando só uma cresce, a outra se sujeita, se subordina e se conforma. Mas os dois, na época, estavam naquele ímpeto do desenvolvimento, em particular das ciências nucleares. Então, a desconfiança

existia; e o, digamos, relacionamento amigável era pro forma porque, no fundo, diz tu está querendo me passar para trás. Eu acho que é uma questão toda, que eu não conheço bem, de economia internacional, geopolítica; mas, na minha pouca percepção de geopolítica, dois países, nas condições que estavam Brasil e Argentina – na época –, tinham que ter desconfiança mútua e um não querer o desenvolvimento do outro.

M.S. – A gente sabe que o Rex foi muito reativo à idéia de visitas mútuas com a Argentina, ele não queria. Ele não quis que o Sarney fosse à Pilcaniyeu, no Sul da Argentina. Por que isso aconteceu? Se alguém como o Rex, gente como senhor...

B.C. – Eu acho... Eu não tenho certeza porque ele nunca me disse, mas, conhecendo o Rex há tantos anos na intimidade, eu acho que a posição dele era uma posição de achar que a Argentina queria ver o que a gente tinha porque eles não tinham. Eles estavam conformados de que eles estavam muito mais atrasados na área nuclear do que nós. Então, isso seria um caminho, e é um caminho para um país pescar do outro o que tem. Quando é um país absolutamente fraco, isso não adianta nada; mas, quando é um país que tem condições, uma pescagem é bom. E ao Brasil não interessava porque nós tínhamos consciência de que estávamos muito mais... Que no nosso caminho não tinham barreiras, nós estávamos apenas esperando o tempo necessário para queimar as etapas. Eles não. Eles não tinham ainda, e sabiam que nós tínhamos.

D.N. – Essa percepção de que o Brasil estava na frente era compartilhada pela CNEN, por todo mundo?

B.C. – Eu tinha essa posição. Eu achava, no princípio; mas, depois que eu conheci o Mondino, começamos a trabalhar e que eu vi que a gente podia colher um fruto além deste, de dar a eles mole para eles verem o que a gente tinha... Que, pelo contrário, nós íamos integrar mais e podia ser que, nessa e em outras áreas, nós pudéssemos também usufruir. Porque a humanidade vive disso, do entrelaçamento, um avança aqui e passa para o outro. Então, eu moderei aquele meu ímpeto barrista...”Não. Eles querem ver o que a gente tem porque eles não têm.”

M.S. – O senhor diria que a presença do Mondino, de ter sido ele naquele lugar e não outro, fez uma diferença na atitude brasileira?

B.C. – Eu acho que fez porque o Mondino, durante o tempo todo que nós nos relacionamos com ele, nós não tivemos decepção nenhuma.

M.S. – O que ele tinha que os outros não tinham?

B.C. – Ele era da área, ele conhecia bem o programa e tinha um [inaudível], era uma coisa pessoal - a personalidade dele. O Rex, por exemplo, não é assim, não simpático. O

Mondino era simpático, era franco e nunca pisou na bola durante... Porque, às vezes a pessoa vem, fala; mas, de repente, e pessoa solta uma frase que deixa a gente... Por exemplo, se durante as negociações ele dissesse: “Não, mas olha, vamos deixar aberto no acordo que, se um dia, eles quiserem restringir uma determinada atividade, têm esse direito.” Se ele dissesse isso para mim, já estava desconfiando de que ele não tinha boas intenções porque ele, naturalmente, queria fazer alguma coisa que a gente não soubesse. Eu estou exagerando no exemplo. Mas, por uma fase aí, o Mondino nunca teve uma... O Mondino ganhou credibilidade de todos os dirigentes, na época. O Rex gosta do Mondino, gostou também o Zé Luiz. Aliás, acho que foi no período do Zé Luiz...

M.S. - O Zé Luiz gosta muito do Mondino. A gente entrevistou o Mondino.

B.C. – Você viu o modo dele? É franco.

M.S. – Sim. Muito simpático.

B.C. – Era da área e conhecia.

M.S. – Qual foi o fruto que o acordo bilateral trouxe que o senhor não percebia antes? Que frutos novos ficaram evidentes?

B.C. – Depois que se implementou?

M.S. – É.

B.C. – Eu tenho a impressão... Eu não sinto nenhum... A não ser em termos de conhecimentos pessoais das instituições, e que tenha uma instituição precisando de algo da outra e obtido, agora, o que não obteria antes. Mas eu não vi, assim, objetivamente, nenhum fruto positivo. “Está vendo? Sem a ABACC isso não aconteceria. Aconteceu porque a ABACC foi criada.”

D.N. – Então, em termos de progresso técnico, não houve resultado da cooperação?

B.C. – Eu não vi. Eu não vi da cooperação sair, realmente, um programa de complementaridade. O que a Argentina nos deu como complementaridade para o nosso programa da Copesp - que tem um leque muito grande -, ou da CNEN, não vejo. Eu acho que essa é a sua pergunta.

M.S. – Sim.

B.C. – Eu não vi nenhum fruto objetivo... Porque a frase que se usava muito era essa, que a ABACC promoverá complementaridade e maior desenvolvimento dos dois programas.

M.S. – Complementaridade não houve.

B.C. – Não houve.

D.N. – Isso porque a Argentina não tinha o que oferecer ao Brasil, porque o Brasil já tinha o que precisava? Ou porque a cooperação foi limitada?

B.C. – Porque eram caminhos diferentes de objetivos de enriquecimento - que era o carro de frente, o enriquecimento. Talvez em pequenas coisas, eu não sei. Talvez para a construção de Angra eles tivessem com alguma indústria, lá, fornecendo...

M.S. – O que eles têm é a tecnologia de reatores de pequeno porte, não é?

B.C. – Mas, isso, ainda o Brasil ainda não recorreu.

M.S. – Exatamente.

B.C. – A Copesp está fazendo o deles, mas é pequeno porte de pesquisa praticamente.

M.S. – Isso.

C.P. – E eles têm, também, a tecnologia de reprocessamento? Ou não? Os Argentinos.

B.C. – De reprocessamento? Eles tinham. Tinha até um nome interessante. E o nosso, nós estávamos muito atrasados. Na época, parece que a nossa meta era ter deles apoio para o nosso...

M.S. – Reprocessamento.

B.C. – Reprocessamento. Porque o nosso ainda era um negócio de plástico, aquele [inaudível]. Como é que chama?

D.N. – De acrílico.

B.C. – Acrílico. É. Celeste, não é? E eles estavam mais adiantados. Na época, ficou reconhecido para o Brasil que reprocessamento nós usufruiríamos com a tal complementaridade; e eles iam usufruir do enriquecimento.

D.N. – Enriquecimento. E não aconteceu.

B.C. – Mas, até hoje, nem nós andamos e nem eles andaram lá. Eles não estão fazendo ultracentrífugas e nós não estamos fazendo...

M.S. – Reprocessamento.

B.C. – Reprocessamento.

M.S. – O senhor diria que o grau de entendimento e aproximação entre Alfonsín e Sarney foi similar a esse grau entre Collor e Menem?

B.C. – Não. Eu acho que pode ter transparecido para a imprensa por marketing, mas eu participei de uma reunião de Collor-Menem e participei de uma de Alfonsín-Sarney; e ouvi muito com o objetivo de Flores e de várias outras pessoas. Alfonsín e Sarney era bem mais séria, bem mais objetiva; a outra era marketing para os dois, marketing para o Collor, aqui, e marketing para o Menem, lá.

M.S. – O que fez Sarney e Alfonsín serem objetivos e terem tanto interesse um no outro? O que movia?

B.C. – Olha, eu vou dizer uma coisa até leviana – a gente tem que cometer algumas – assessoria.

M.S. – Nomes?

B.C. – O Sarney foi com o Flores, não é? Quem era o assuntos estratégicos do Sarney? Eu acho que foi o Flores.

M.S. – Não. O Flores vem depois. O Flores vem no Collor.

B.C. – O Flores foi para o Collor...

M.S. – Isso.

D.N. – Ministro da Marinha.

B.C. – Ministro da Marinha para o Collor. Mas, antes do Collor, era o Sarney.

M.S. – E foi SAE do Sarney.

B.C. – SAE do Sarney. Ele foi SAE do Sarney, foi quando eu tinha mais contato com ele do que com o ministro da Marinha por causa do Archer...

M.S. – Que fazia a ponte.

B.C. – Era ciência e tecnologia. Eu me lembro que o Flores fez um trabalho belíssimo sobre o Ministério da Defesa para o Archer ler e fazer os comentários; e eu estava num jantar porque o Archer estava com dois cientistas alemães, fora da área nuclear, e me convidou. Aí, o garçom veio e disse: “Tem um carro.” Era o Flores. Então, credibilidade, o Sarney foi assessorado na SAE... Porque a energia nuclear era subordinada à SAE, a comissão era diretamente subordinada.

M.S. – Mas tinha gente empurrando o Sarney na direção oposta, por exemplo, o general Leônidas.

B.C. – É. O Leônidas. Mas era fraco. O Flores era muito bom. Eu conheci o Leônidas, foi ao meu casamento. Eu estagiei três meses no Exército, quando era guarda-marinha, porque nós chegamos da viagem três meses antes... “Ah, manda no Exército...” E eu fiquei um mês numa bateria da Escola de Artilharia... Bateria Escola de Artilharia. É um negócio de artilharia que o Leônidas comandava, ele era capitão e eu era primeiro-tenente. Então, eu me dava bem com ele e conversava. Ele é solto. O Flores não, o Flores é muito bom.

D.N. – Então, o senhor diria que, nessa época, o Flores apitava mais do que Leônidas?

B.C. – Ah, o Flores apitava.

D.N. – Ele tinha a orelha do Sarney, e ele advogava...

B.C. – O Flores, onde ele passou... Ele já como chefe do Estado-Maior da Armada se metia no programa nuclear e tudo, a Copesp era ligada a ele e tudo. O Flores era muito bom.

M.S. – Se metia em que sentido? Qual era a orientação?

B.C. – Ele era consultado, e ele provia recursos.

D.N. – Mas o interesse dele era em avançar o programa submarino nuclear e tudo em torno disso.

B.C. – É.

D.N. – Mas, na cooperação com a Argentina, ele advogava a favor. Ele assessorava o Sarney e falava: “Não. Precisamos cooperar com...”

B.C. – Ele achava que as inspeções recíprocas, a criação da ABACC, não trariam problemas. Ele acompanhou o TNP direitinho; como eu disse, eu ligava para o Othon e para ele da CNEN à medida que a gente ia avançando, todo dia, nas negociações. O almirante Flores na SAE, tudo que dizia a respeito da energia nuclear, ele decidia pessoalmente. Você perguntou por quê?

M.S. – Isso.

B.C. – A posição do Sarney foi assessoria.

M.S. – O senhor se lembra quem era a pessoa que ocupava essa posição com o Alfonsín, na Argentina? Quem era o assessor do Alfonsín que apitava para o Alfonsín e que incentivava...

B.C. – Não sei. Talvez fosse o Mondino, não é?

M.S. – O Mondino vem depois.

B.C. – No Ministério das Relações Exteriores... Eu esqueço o nome dele, mas tinha. Eu fui até indelicado com ele uma vez, numa discussão, eu falei um pouco áspero com ele. Mas o Alfonsín tinha um diplomata... Meu Deus...

M.S. – Jovem?

B.C. – Meio termo. Ele tinha uma idade que batia com a do Celso Amorim, na época.

M.S. – O Raúl Alconada Sempé?

B.C. – Eu não me lembro. Qualquer nome que você disser, eu não...

M.S. – Não era o Dante Caputo, que era o chanceler do Alfonsín?

B.C. – Não. Não era o Caputo. Ele tinha um embaixador, acho que era do Departamento de Assuntos Econômicos, equivalente ao que o Lampreia foi...

M.S. – O Lampreia, o Bambino e o Celso.

B.C. – O Bambino, Amorim e teve um outro.

D.N. – O Abdenor.

B.C. – O Abdenor era o [sota⁸⁵] do Amorim. Mas tinha um muito... Sentou ao lado dele o tempo todo. Falava e ele ouvia. O Alfonsín tinha. Eu acho que, lá, bateu a mesma coisa que aqui, tinham as assessorias que pensavam iguais. Porque, às vezes, o presidente quer uma coisa, mas as assessorias pensam diferentes. Então, é difícil ele...

M.S. – O senhor se lembra de o Rubens Recupero, que estava na assessoria diplomática do Sarney, estava nessa área?

B.C. – Não. O Recupero, eu não me lembro.

M.S. – Muito bem.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

⁸⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.